

23ª Reunião Brasileira de Antropologia
16 a 19 de junho de 2002
Gramado – RS

Fórum: Indigenismo e Antropologia da Ação: 25 anos identificando terras indígenas.

“Estação Parecis: um território expropriado”

Maria Fátima Roberto Machado - UFMT

**RELATÓRIO COMPLEMENTAR DE IDENTIFICAÇÃO E
DELIMITAÇÃO DA T. I. “ESTAÇÃO PARECIS”
(DECRETO Nº 1775)**

Prof. Dr^a Maria Fátima R. Machado

(Coord. do GT Port. nº527/FUNAI/PRES de 21 jun 2000)

Cuiabá. 01 ago 2000

I – DADOS GERAIS

Apresentação

Este relatório é um trabalho complementar ao **Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena “Estação Parecis”** (GT/FUNAI – Port. nº 308/93) e foi produzido em consequência de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, em 10 de dezembro de 1997, com base no decreto nº 1775. A equipe formada pela antropóloga da UFMT, **Maria Fátima Roberto Machado** (coordenadora), a agrimensora da FUNAI/UNESCO **Sílvia Fernandes Rocha**, o técnico do INTERMAT (MT) **Benedito Araújo Santos** e o motorista da Funai **Antonio Domingos de Andrade** contou com a colaboração dos índios residentes na Estação Parecis (João Batista **Zoromará**, Ariovaldo **Zoromará** e Valmir Demétrio, filho de Djair **Zoromará**) e realizou a viagem de campo entre os dias 28 de junho e 1º de julho de 2000, acompanhada pelos Paresi que habitam a cidade de Cuiabá: Vilma e Sinval Nepomuceno, filhos de Neuzalina **Zoaizokoerô**, e Laudelino **Enoré**, antigos moradores da Estação Parecis. Laudelino **Enoré**, hoje com 73 anos, é um dos últimos índios telegrafistas das linhas do Marechal Rondon e é um importante guardião da memória dos antigos Paresi, que habitavam o imenso território das nascentes do Arinos e rio do Sangue.

Além das informações contidas no relatório de identificação produzido em 1993, estão aqui incorporados os dados históricos e atuais existentes nos seguintes trabalhos, de autoria da coordenadora, profª Maria Fátima Roberto Machado: 1º) *Índios de Rondon. Rondon e as Linhas Telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Caxíniti, grupos Paresi.*” Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), Rio de Janeiro, 1994; 2) *Rondon e os Paresi: as representações indígenas sobre o amure etnógrafo.*” in: “Modelos e Processos: Ensaio de Etnologia Indígena.”, EdUFMT, 1998; 3) Perícia Judicial (com indicação da Associação Brasileira de Antropologia) para a Justiça Federal (3ª Vara do Estado de Mato Grosso), na Ação Ordinária Processo nº 004260-9, realizada em novembro de 1997 na Área Indígena Juininha, em território dos índios Paresi; Perícia Judicial (com indicação da Associação Brasileira de Antropologia) para a Justiça Federal (3ª vara do Estado de Mato Grosso), no processo nº 93.0000174-4, realizada em maio de 1998 na Área Indígena “Estação Parecis”, entre os municípios de Diamantino e Marilândia; 5) Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 1999) como estudo complementar ao EIA-RIMA do Projeto da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, no rio Ponte de Pedra (ou *Sakuriu winã*, na língua Paresi), onde os índios localizam o seu território sagrado, a origem mítica do seu povo, o povo *halíti* como eles se auto-denominam.

HISTÓRICO

Habitantes de um extenso planalto que vai desde as cabeceiras do Arinos e do Paraguai até as cabeceiras do rio Guaporé e do Juruena, os Paresi têm no seu mito de origem a representação da sua identidade e da sua territorialidade.

No mito de origem do povo *halíti*, coletado no início do século pelo antropólogo alemão Max Schmidt [1], um grupo de siblings (irmãos germanos) saiu do interior da terra, brotou pelas fendas, pelos buracos das rochas

existentes no rio *Sakuriu winã*, que os *imóti*, os não-índios, os “civilizados” chamam de Ponte de Pedra ou Sucuruína, um tributário do Arinos. Ao sair das pedras, os *halíti* descobriram o mundo e todos os seus rios, seus pássaros, as árvores, que existiam mas ainda não tinham nome. *Wazáre*, o mais velho dos irmãos, orientou a saída dos outros, instalando cada um nos seus próprios territórios: a cabeceira do Três Jacus, por exemplo, foi chamada de *Malate winã* (*malate*: jacucaca) e foi dada ao seu irmão *Zakálo*, que casado com a mesma mulher de *Zalóya* tornaram-se os ancestrais dos *Wáimare*. A cabeceira da Lagoa Rasa (*Natukwá*) foi chamada de *Kalana winã* (*kalana*: buritirana) e foi também entregue para *Zakálo*. A cabeceira da Varzearia, chamada *Kanóti winã*, foi dada ao seu irmão *Zalóya*. A cabeceira do *Aihanazã*, o rio Água Verde, ficou também para *Zakálo*.

Do rio do Sangue, *Zutiahali winã*, até a cabeceira da *Wazolahatiá* (*Wazuliatiá*), o córrego Cágado [2], *Wazáre* destinou ao seu irmão *Zawlore*, ancestral do sub-grupo *Kaxíniti*, assim como *Ahozá winã* (cabeceira do lobo) e *Tolomare sewe* (cabeceira do pica-pau de cabeça vermelha), no rio Parecis (*Kawi inazá*), afluente do Arinos. É o limite mítico do território dos descendentes do ancestral *Kaxíniti*.

A territorialidade *halíti*, orientada pelo mito de origem, é conhecida pelos *imóti* desde o século XVIII, quando os bandeirantes predores atingiram o chamado “Reino dos Parecis”, em busca de ouro e de escravos.

Grandes etnógrafos e exploradores forneceram dados ou registraram explicitamente a força desse mito na manutenção das fronteiras étnicas do povo *halíti* ao longo dos séculos, alimentando a consciência de um território e de um universo sócio-cultural, sempre mantido e partilhado.

Um desses exploradores, Bartolomé Bossi [3], era um ex-marinheiro francês que, ainda no século XIX, internou-se pelos sertões do Arinos, levando consigo um sextante e uma máquina fotográfica, com a qual assustou os Paresi, fotografando-os pelo caminho. Ele procurava riquezas, “colosales riquezas inertes y olvidadas”, principalmente a borracha, que vicejava nas matas. De Diamantino em diante, ele disse (pág. 84), “a geografia estava completamente às escuras”, e os *únicos* habitantes que encontrou foram os índios Paresi.

Ainda no século XIX, Nicolau Badariotti [4], um missionário salesiano, acompanhou durante cinco meses uma expedição de exploração das matas de borracha, percorrendo o território dos Paresi no noroeste de Diamantino. Os seus dados (pág.77-78) demonstram que os índios ocupavam um vasto território, que limitava “ao sul, com a Serra de Tapirapuã e a nação dos Barbados [os Umutina]; a leste, com o município de Diamantino e a bacia do rio Arinos; ao norte com o território dos Cabexins e dos Tapanhunus, a oeste com o rio Juruena e o território dos Cabaças”.

O etnólogo alemão Max Schmidt chamou atenção para o fato de que Badariotti chamou de “Cabexins” os índios Nambikwara, habitantes do território à noroeste dos Paresi. Ele chamou também, equivocadamente, de “Cabaças” os “Kozárini-Paressis” que, naquela época (nas primeiras décadas do nosso século) viviam também ao sul dos demais Paresi, nas águas do Jauru, do Cabaçal e do Guaporé. Para Badariotti, os “Cabexins” eram uns “retrógrados”, porque eram obstinados em sua não aproximação com os “civilizados”, com os quais não queriam relação alguma. Ele foi o viajante que mais se aproximou dos Paresi, que depois seriam encontrados pelo Marechal Rondon, na construção das linhas telegráficas.

Sua função na expedição era, justamente, contatar os índios, facilitando assim a penetração da frente da borracha. A 20 léguas de Diamantino encontrou uma aldeia cujo chefe Paresi chamava-se Cyriaco, criticado pelos outros índios por se comunicar muito com os “civilizados”. Indo pela mata, na direção oeste, uma hora depois encontrou uma casa que abrigava uma família numerosa, batizando o chefe com o nome de João. Guiado pelos índios, encontrou ainda mais duas aldeias.

A expedição de Badariotti foi promovida por um Banco (Banco “Rio-Mato Grosso”), com um fim muito específico: a exploração do norte, onde, nas palavras do missionário (pág.15), “suppunham-se incontestáveis riquezas naturais, mormente a abundância de seringa ou borracha”. Ele registrou em sua memória as “malócas” Paresi que encontrou pelo caminho, com o nome do seu chefe, que às vezes ele batizava e trocava. Ao chegar na cabeceira do rio Kágado - ou *Wazuliátia sewe*, onde o Marechal Rondon plantou, menos de uma década depois, a estação telegráfica

“Parecis” - em companhia do guia *Zozoiçá*, encontrou a aldeia de *Zoariariri* (ou *Zozoariariri*), um grande chefe Paresi. Com *Zozoariariri* e sua mãe, aproveitou para resolver, como disse (pág. 124-125), uma importante “questão de hydrographia”:

“Traçei um risco no chão e indiquei o rio que corria perto da malóca: traçei ainda um outro risco que fiz convergir para o primeiro e disse: Xacuruhina [quer dizer: *Sakuriu winã*, a cabeceira do rio Sucuruína - nos mapas de hoje], prolongando-o depois ao oeste o fiz encontrar com um outro rio, que chamei Juruena. O cacique aprovou o meu dizer e a mãe d’elle aproximando-se mostrou-se muito satisfeita acenando-me que eu tinha acertado. Estava resolvida uma questão de hydrographia: o Xucuruhina é pois afluente do Juruena e não do Arinos, como querem alguns autores.”

Mais do que uma simples curiosidade sobre a hidrografia da região, é possível ver, nesta passagem da narrativa de Badariotti, que os índios não tinham noção da grandiosidade da invasão que iria acontecer, definitiva e acelerada, desde o final do século XIX, em busca dos seringais do Juruena e Arinos.

O rio *Sakuriu winã*, além de lugar mítico, foi onde Rondon instalou a estação telegráfica de “Ponte de Pedra”, a segunda nas terras dos índios, ao norte da estação “Parecis”.

Em dezembro de 1927, Max Schmidt conheceu Ponte de Pedra [5]:

“Después de haber pasado varias cascadas el agua de Rio do Sangue se desempeña por bajo de dos puentes de piedra formadas por la naturaleza misma... Sobre las rocas situadas a la barranca del rio o en la catarata misma se puede conocer varios grabados rupestres... Me restrinjo a referir-me a la grande importancia la que los Paresís atribuyen a esse lugar en sus leyendas, mencionando en éstas también algunas formaciones de las rocas que están relacionadas con la leyenda de su origen...”

Quanto ao território tradicional dos índios, Max Schmidt (pág.12), com o rigor de um etnógrafo reconhecido e respeitado, não deixou dúvidas :

“El territorio de los Paresís estaba determinada en la fecha del primer conocimiento más exacto de estos indios, al principiar de siglo XX, por la región denominada “Serra dos Paresís” extendiéndose desde el Rio Arinos y las cabeceras del Rio Paraguay, en latitud Sud del 14° e 30´ y de la longitud de 13° e 16´ al Oeste del Rio de Janeiro hasta las cabeceras del Rio Guaporé y del Juruena en latitud Sud de 14 ° y en longitud de 15° 58´ al Oeste de Rio de Janeiro.”

Utilizando dados extraídos da documentação do Marechal Rondon, assim localizou o etnógrafo (pág. 12-13) as três “parcialidades” naquela época existentes:

“Los Kachínitis se extendían por el valle del Rio Semidoro [Sumidouro], afluente del Rio Arinos y por las cabeceras del Rio Sepotuba y del Sacuriú-iná [Sucuruína ou *Sakuriu winã*], afluente más oriental del Juruena entre los paralelos de 14° 5´ e 14° e 15´ y los meridianos de 13° 46´ y 14° 30´ al Oeste del Rio de Janeiro.

Los Uaimarés se extendían por los dos Rios Verde (Tahúruiná) y Sacre (Timalatiá) entre los paralelos de 14° 5´ y 14° 15´ y los meridianos de 15° 9´ y 15° 19´ al Oeste del Rio de Janeiro.

Los Kozárinis habitaban la divisoria de las aguas del Rio Juba, del Rio Cabaçal, del Jauru, del Guaporé, del Rio Verde (Tahúruiná), del Rio Papagaio (Saueruiná), del Rio Burity (Zolaháruiná), y del Juruena (Anáruiná), entre los paralelos de 14° y 14° 30´ de latitud Sud y de los meridianos de 15 ° 9´ y 15° 38´ al Oeste del Rio de Janeiro. Los domicilios de los Kozárinis los que visité en mi viaje del año de 1910 están marcados en el mapa representado en mi

publicación citada sobre estos indios.”

E ainda:

“Según las indicaciones de los Paressís mismos su territorio se extendía en tiempos anteriores todavía más hacia del Juruena. Pero, más tarde, ellos fueron repelidos de esas regiones por sus enemigos, los Nambikuaras, llamados por ellos Uaikoakoré.”

O antropólogo David Price, em seu trabalho “**Pareci, Cabixi, Nambikwara: a case study in the western classification of native people**”, publicado em 1983 [6], já decifrou o enigma da designação “Cabixi”, explicitando-a como uma identidade atribuída aos índios considerados “selvagens” - no sentido de mais guerreiros, mais arredios ao contato - pelos próprios sub-grupos Paresi e, conseqüentemente, pela população *imóti* da região (em particular de Villa Bella), ao longo dos séculos XVIII e XIX.

De fato, a população Paresi que sobreviveu em maior número até hoje, foi exatamente a dos “Cabixi”, ou seja, os *Kozárini*, que se mantiveram mais afastados dos *imóti*, dos “civilizados”, mais à sudoeste das frentes de penetração. Eles são quase 80% da população atual Paresi, em torno de 1.5 00 índios.

Para melhor visualizar a distribuição e nomenclatura dos grupos, é importante reproduzir todos os quatro excelentes mapas de Price, com informações etnográficas do século XVIII ao XX.

(Reprodução)

Os *halíti* e o Marechal Rondon

Foi a violência do contato com os seringueiros que indignou o Marechal Rondon, quando nos primeiros anos do século chegou com suas centenas de soldados e trabalhadores às terras dos *Wáimare* e *Kaxíniti*. O contato com os Bororo, os Guarani, os Terena, no então sul de Mato Grosso (quando construía os ramais telegráficos da fronteira), não foi tão intenso quanto com os índios Paresi, que tiveram seus rios, seus trilhos, aldeias, e roças utilizados para implantar o telégrafo e suas estações.

Os Paresi foram particularmente importantes na vida profissional e no humanitarismo de Rondon. Eles têm uma presença marcante em muitos dos seus discursos. Pelos seus relatórios, suas conferências, nos inúmeros relatos dos seus biógrafos, essa experiência teve um papel marcante no seu indigenismo, que o fez assumir, já em 1910, a direção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Com este Serviço, o Brasil inaugurou uma nova postura oficial com respeito aos índios, estabelecendo a proteção sob a tutela do Estado.

Pelos relatos rondonianos, o encontro com os *Wáimare* e *Kaxíniti* deu-se exatamente no ano de 1907, quando foi dado início à construção das **Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas**. As linhas eram parte de um plano militar da nascente República, era uma obra de vulto, grandiosa, de proteção das fronteiras matogrossenses com a Bolívia e com o Paraguai. Idealizada depois da guerra do Paraguai (1865-70), foi executada pela Comissão Rondon como uma estratégia militar de consolidação das fronteiras, quando Mato Grosso entrava no comércio internacional da borracha.

Rondon chegou ao território Paresi em plena efervecência da invasão dos seringais. Entre 1907 e 1915 a convivência foi bastante intensa. Dela surgiram os minuciosos registros do seu diário de campo, que apontavam, literalmente, o dia a dia do avançar dos caminhos das linhas, com as aldeias encontradas, sua localização, a população, o chefe, a auto-identificação do grupo e até mesmo as suas relações com os seringueiros invasores.

(foto da aldeia do *Sakuriu winã*)

Em setembro de 1907 - mais precisamente no dia 17 - ao sair com sua comitiva de Diamantino, depois do depósito de seringa denominado “Arroz sem sal”, Rondon encontrou os *Kaxíniti* do *Wazuliatiá*, onde ele conseguiu o seu primeiro guia, para avançar em direção ao norte. Era o mesmo grupo *Kaxíniti* encontrado por Badariotti no final do século passado. O *Wazuliatiá* é o ribeirão Cágado, onde foi montado o primeiro acampamento da Comissão e, quase um ano depois, foi construída a Estação Parecis, nome dado “em homenagem a essa nação indígena, senhora absoluta desses vastos domínio” [7].

Em seu relatório sobre a implantação das linhas, Rondon destacou os trabalhos da Comissão na Estação

Parecis. Ao elogiar os esforços de seu oficial Botelho de Magalhães, disse:

“Ao regressar da exploração [para o norte] providenciei imediatamente para completar o destacamento de Parecis, cujos trabalhos então se normalizaram.

Os serviços aí executados constaram do seguinte: derrubada e limpeza de um quadrado de 500 metros de lado em torno da estação definitiva; construção de 3 casas, uma para a estação definitiva e duas para residências dos guardas; locação da nova linha de terra, perpendicular ao eixo da linha tronco, na tangente que passa em Parecis; reconstrução dos estivados e do curral aí existente; conservação da linha telegráfica desde Diamantino até S. Antonio [do Madeira]; levantamento regular e demarcação da área de 36 quilômetros quadrados que deverão ser reservados para núcleo da estação telegráfica.” (Rondon, 1907-1910:33).

E ele ainda descreveu o prédio da estação:

“A estação de Parecis foi construída de adobes, caiada e coberta de telhas de zinco; no seu arcabouço foram empregados nove esteios de aroeira transportados das matas de Sant’Anna e madeiramento de lei inteiriço, obtidos nas matas da localidade (vinhático, piúva e peroba). Da mesma forma foram construídas as duas casas para os guardas. Para os alicerces foi empregada a pedra canga (conglomerado de ferro) colhida esparçamente em afloramentos que circundam a estação.” (id.: 33-34).

Entre 1907 e 1910, contando com o auxílio imprescindível dos guias, acampando e abastecendo-se nas aldeias com mandioca, polvilho, ovos, a Comissão Rondon avançou perto de mil quilômetros em direção ao então extenso território Nambikwara. Ele situou claramente o território Paresi como sendo o vasto planalto que ainda hoje conserva o seu nome, o “Planalto dos Parecis”, que vai desde o Arinos e cabeceiras do Paraguai até as cabeceiras do Guaporé e do Juruena.

Nas suas próprias palavras [8], a mão de obra indígena era explorada sob o regime do barracão, sendo os índios submetidos a “princípios leoninos” quando trocavam a borracha por, basicamente, sal, ferramentas, espingardas ou mesmo uma montaria velha, pela qual tinham que entregar algumas arrobas do produto. Os *Kozárini*, diferente dos *Wáimare* e *Kaxíniti*, ainda conservavam-se livres, por não serem “vizinhos dos seringueiros”.

No seu relatório de 1915 [9], ele registrou enfaticamente a extrema violência que marcava a condição dos índios nos seringais, citando o caso da aldeia *Koterekô* - quando passou a ser conhecida como Aldeia Queimada - e o caso do assassinato de índios na aldeia Bacaval, chegando a nomear um dos seus principais algozes: o seringueiro Virgílio da Costa Marques.

“ Aldeia Queimada, nome que ao simples enunciado fará lembrar algumas célebres proezas oriundas do contato dos civilizados com as hordas dos nossos ingênuos indígenas. Foram os índios Parecis, conhecedores desse precioso vegetal, que ensinaram no Planalto o caminho que conduziu os primeiros exploradores da indústria seringueira. **A esses valentes filhos dos chapadões coube a recompensa, pela fortuna entregue, de terem a sua principal aldeia incendiada, justamente pelo indivíduo que mais lucrara com a descoberta.** Chamava-se Virgílio da Costa Marques o algoz dos pobres Parecis, aldeia em um lugar que outr’ora os seus primeiros habitantes denominavam Koterekô-suê [*Koterekô sewe*], hoje conhecido por Aldeia Queimada. Foi esse seringueiro, primitivamente poaieiro, que incendiou a aldeia de Koterekô-suê, por não satisfazerem aqueles índios os seus caprichos e cubiças.

Foi ainda esse mesmo homem que, mais tarde, quando a sua indústria se havia desenvolvido, dilatando-se pelo vale do Timalatiá ou rio Sacre, assassinou um número considerável de pobres Parecis que trabalhavam em seus seringais por troca de bugigangas, à pretexto de terem aqueles subtraído do seu barracão, do Bacaval, grande quantidade de borracha. Foi uma hecatombe, de que guardam triste recordação os dóceis Parecis, vítimas que foram e continuam a ser dos cruéis e egoístas seringueiros das cabeceiras do rio Tapajós.”

(Reprodução do mapa oficial dos linhas)

Ao instalar as estações, Rondon procurou mantê-las sempre povoadas pelos Paresi. Sendo assim:

“Com o duplo fim de fazer reverter em benefício público o trabalho da população já instalada e acclimatada naquelles sertões e de colocar em condições de não precisar nem depender de elementos estranhos e indiferentes à acção regeneradora que sobre ela visava exercer, Rondon se esforçou para empregá-la na conservação das obras do trecho da linha telegráfica que se achava encravada no seu território. [...] Desde então, todos os cuidados de conservação das obras da linha a partir da estação de Diamantino até o Juruena, numa extensão superior a 400 quilômetros quadrados, têm estado entregue a esses índios, que delles se desempenham com muito zelo e inteligência. São eles que fazem a limpeza do picadão, reparam os pontilhões e estivados, manejam as balsas de travessia dos rios caudalosos e operam como guarda-fios. [10]

Ele defendia [11], absolutamente convicto, que a aproximação com as linhas era uma alternativa “mais justa” do que a exploração a que esses índios estavam submetidos nos seringais. No seu discurso indigenista humanitário, reunindo-os em torno das estações...

“...fez desaparecer a opressão dos seringueiros, obstando a que os índios continuassem a ser perseguidos e enxotados a ferro e fogo das suas aldeias, expoliados das suas terras, roubados e depravados pela introdução da cachaça, com todo o seu triste cortejo de misérias físicas e moraes. Prestigiando a autoridade dos amures [os chefes] e dispensando às instituições aritis [*halíti*] benévola consideração, levantou o moral dessa tribu, despertou-lhe as energias amortecidas e deu-lhe a coragem de que necessitava para poder encarar o futuro, com esperança de que lhe traga dias mais felizes, compensadores das passadas desgraças...

Os Paresi *Wáimare* e *Kaxíniti* foram, verdadeiramente, os **índios de Rondon**, a concretização incontestável do modelo teórico do índio “manso” rondoniano, fruto do seu positivismo nativo. Os “dóceis” Paresi eram vítimas inclusive da “ingenuidade dos seus próprios espíritos”. O Rondon etnógrafo constatava essa “ingenuidade” até pelos grandes sacrifícios que eles faziam, por exemplo, para conquistar as fúteis miçangas que levava, valiosos bens a serem trocados no *zikonáhiti*, o exótico jogo de **head ball** que o ex-presidente americano Theodor Roosevelt presenciou na sua famosa expedição.

A “selvageria” *halíti* era só aparência. No lugar de bárbaros, encontrou “amigos dedicados, submissos e fidelíssimos”. Ao invés de hostilidade, encontrou colaboração, pois os índios preparavam o caminho para a sua chegada, alargando os trilhos, as picadas, consertando pontilhões.

Rondon era um poderoso *amure*, que reinava sobre os grandes chefes de aldeias - *ezekwahaseti* - e sua presença pode ser associada ao ancestral mítico, como um *Wazáre* que recriava o mundo. Entrou nas aldeias como um salvador, um mediador, determinado a protegê-los contra a violência e a exploração dos terríveis *imóti*. Era o chefe dos chefes, que chegava para dar-lhes nova vida, para pôr fim à opressão que conheciam, levada a cabo pelos “seres desprezíveis”.

Nos relatos dos meus informantes, que conviveram com ele nas aldeias e estações, a representação é a de um mito, um ser superior, que surge sempre para intervir em um cenário de caos, para ordenar relações. Um ser

poderoso, austero, sábio, protetor, um pai exigente e cuidadoso com seus filhos, que não media esforços para se interpor nas relações de violência e exploração.

Essa experiência histórica dos *Wáimare* e *Kaxínti* favoreceu a manutenção de uma identidade *halíti* diferenciada, em contraste com o modo de ser *Kozáriní*. O “diálogo cultural” entre Rondon e os índios resultou na categoria **índios de Rondon**, para identificar os *Wáimare* e *Kaxínti* das linhas. Ao mesmo tempo em que falam do herói, eles projetam uma imagem de si, constituem uma categoria particular de índios, cuja identidade não pode prescindir de uma determinada história que é, concretamente, a história das linhas e das suas relações com Rondon.

Os **índios de Rondon** que são o objeto empírico da minha tese de doutorado, hoje em sua maioria falecidos, compunham uma geração específica de *Wáimare* e *Kaxínti* que conviveu com o Marechal Rondon e as linhas telegráficas, até a sua total decadência, por volta do final dos anos 40. A história dessas relações é recuperada através dos seus próprios relatos, fundamentais para a reconstrução das relações interétnicas em Mato Grosso no início do século.

Embora tivesse contato com mais de 40 informantes *Wáimare* e *Kaxínti*, selecionei 42 horas de gravação com 21 dos meus informantes principais. Enfoquei, fundamentalmente, uma geração específica, a dos mais idosos, que conviveram mais de perto com a Comissão e as linhas, até a sua total decadência.

Nessa geração estiveram os responsáveis pela operação e manutenção do telégrafo entre a estação “Parecis” e a estação de Vilhena, quando, em crise, a Comissão Rondon já não conseguia mais manter o seu pessoal, os funcionários *imóti*. As linhas tiveram o seu apogeu até por volta de 1915-1920, quando o prestígio de Rondon assegurava a abundância de recursos financeiros e as centenas e centenas de soldados, trabalhadores braçais e funcionários. A decadência, agravada com a extinção da Comissão Rondon em 1930, tornou cada vez mais as estações habitadas apenas pelos índios, empregados principalmente como telegrafistas e guarda-fios.

A crise e a decadências das linhas - superadas pelo telégrafo sem fio no momento mesmo em que eram concluídas - foi “explicada” por um dos meus principais informantes, *Zonoizô* - um dos telegrafistas de Rondon, como uma coisa “do destino”: seu tio Manuel Bibiano, irmão de seu pai, era um *kamayhié*, um sábio, um profeta, um adivinhador, um sonhador - presente no mito de origem - que já havia sonhado que “tudo ia se acabar”.

Como não é possível estender a discussão sobre o eixo teórico da tese - cultura/história - memória/identidade, - vou apenas focar dois exemplos de relatos de vida, destacando partes de unidades narrativas que permitem compreender essa identidade de *índio de Rondon*. As trajetórias acabam por retratar com muita fidelidade a sua condição de vítimas de um processo de expropriação, dominação e de extermínio pelas doenças, responsáveis pela situação atual dos índios da Estação Parecis.

Zozokoialô: “... corrigindo o mundo!”

(foto distribuição de brindes)

“No tempo de nossa aldeia, era animado... Nós, todos os índios na aldeia... ficava como a gente quer. Uma alegria tão linda que, nesse momento, que nós estava de festa **halíti**, nossos avós, nossos pais, mães... aquele lugar era bem entretido... que quando o general Rondon chegou nessa maloca, **Sakorekwá**... é Buracão que chama [na língua de **imóti**]... então ele, com aquilo, ele ficou enlevado... Ficou [lá] quase até meados de um mês.

Aí, bom, falaram com ele. Combinaram tudo esses que sabem falar [português]. Muito mal era meu pai, meu tio, major Libânio... Então, ele [meu pai] falou pra ele [Rondon] que a turma toda quer que ele assiste a festa dos índios. Então, ele concordou com isso, falou: pois não, nós vamos assistir. E assistiram! E acharam tudo bem!

Daqui a pouco chegou o caçador, esses que estavam caçando, para comida pra festa. Chegaram com veado, ema, aquela bicharia. Então, assustaram com o general alí, já com barraca armada e tudo. Aí, perguntaram na linguagem [**halíti**] pra finado papai e ele falou: “esse daí é nosso chefe, o que vai ser.. Tá corrigindo o mundo!”

Aí, foram: dançaram, bateram pé. Dalí a pouco saiu esse negócio de cabacinha, que toca pelo nariz [a flauta **xiháli**]. Saiu bandeja de carne. Beiju, aquela montoeira de beiju, pra turma comer.

E tudo alí. O general estava alí. Arrumaram uma rede pra ele, pra sentar, pra ver tudo aquilo que o índio tava fazendo. Criançada ficava tudo em roda. O general falava pra mim: “senta aí, menina. Como é que fala senta? **Tixoká**. Ah, **tixoká**, **tixoká**”. Aí, mandava eu sentar, dobrava minha perninha assim, e eu sentava aí. Fazia banco do meu pé. Aí, ele conversava, e eu tô escutando tudo...

Quando foi à noite, mas bateram pé, mas bateram pé... O general teve que rodear com eles também. No bate pé. Mas ele achou bonito, colocou [registrou] tudo na linguagem de índio.

Terminaram o bate-pé, viraram na bola. Bateram com a cabeça, porque índio bate assim a bola, com a cabeça. Ah, ele ficou entretido: “será que não posso bater bola também?” Jogaram até tarde e aí foram tomar banho, pra tocar esse negócio todo encarreadinho de taquarinha [a flauta de pan]. Os que sabem cantar, cantaram, os outros tocaram pelo nariz.

Ele me apanhou, botou no colo: “escuta bem o que estão falando, você escuta, né?” Eu falei: “**aha hace mitá atyo**... eu tava escutando..., falei assim na linguagem.”

E ficaram. Aí, ele chamou todos: como é que vocês falam assim, reunindo, fazendo fila? Falaram com ele: **Zotai so acená halakwá. Hoirekwá acená halakwá**. E fizeram fila e ele bateu a máquina [fotográfica]. Botou aquele cepo pesado de coisa, que carrega toda a tralha de tirar retrato.

Aí, logo ele arrancou um mapa. Mostrou. Então, dizia que nossa terra é desde o Sakorekwá até no Dimantino. Mostrou no mapa. E nós ficamos... ficou, ficou, ficou, mostrou... Pois é. Esse daqui é seus, daqui pra lá, já é do branco...”

Korezokerô: “Rondon, proteção e amor”

- “Eu era ainda muito criança, mas como nós índios andamos demais... eu via que o meu povo andava demais, a gente tinha que acompanhar...”

*Então, era época de uma fruta, por nome cascudo. Os velhos foram para o campo e nós crianças também, estava sempre tudo rente... Aí, na beira da estrada, regulando aí pra 9 horas da manhã, o tempo estava brusco, não tinha sol quente, apareceu uma turma de patrícios [**haliti**]. Aí, ficaram todos alegres: mas, onde é que vocês vão? Pra onde vão?*

Aí, deram a notícia da doença: olha, nós vamos sair de tal aldeia e vamos nos espalhar aí pela mata, devido à doença que se espalhou e está morrendo nossa gente.

Eu podia ter uns 4 ou 5 anos, por aí. Então, ficou todo mundo preocupado. Quem estava ali junto de nós, que tinha parente no meio dessa turma que ia sair, disse: ah, eu também vou. E lá foi tudo. Só ficou eu, meu pai, a madrastra e os irmãos. Nós acabamos de apanhar as frutas e voltamos pra casa. Era num lugar por nome Água Limpa, na cabeceira do Água Limpa.

Não demorou, aí nesse lugar, começou a bater em nós a doença. Logo meu pai ficou com febre, a madrastra com febre, não demorou nós criança também com febre. Eram seis pessoas, três adultos e três crianças. O único que não ficou doente, não sei porque, era o irmão da madrastra. Ele que apanhava água para nós, pra beber. Até hoje fico pensando: mas como é que... Olha, tem hora assim que eu fico pensando no tempo da minha infância, na mata, por exemplo: nós vivíamos com a graça de Deus, porque nós não levamos nada... muitos dias lá, o que é que podia [levar]? Carimã, que é feito de massa de mandioca, não dura muito tempo... E já fazia tempo que nós estava lá...

Aí, então, apareceu um homem. De boa idade já, de uns 25 a 30 anos. Ele falou que era Bakairi e vivia na aldeia, no meio dos Paresi. Só falava a língua dos Paresi. Feliciano. Ele era bom, porque ele cuidava de nós. Ele que tirou nós, quando meu pai falou: vamos afundar pela mata, sair daqui do campo. Porque a cabeceira do Água Limpa é no campo, é campo aberto mesmo. Vamos pra mata.

Era tempo de milho verde. Aquele milho verde estava bonito... na hora que batia o vento, batia aquela barulheira de folharada. Então, nós ali continuamos, passando só a milho com água, tudo doente.

Aí, quando foi um dia, quando estávamos lá há uns 3 ou 4 dias, já no escuro assim, já era de noite, não era muito tarde, mas na mata escurece logo... escutamos um grito: ôôô! Gritou ele [Feliciano]. De longe ele estava gritando. Meu pai, mal com aquela febre, que já não cortava mais. O mato tem remédio, mas todo mundo doente, o que podia fazer?

Aí, ele chegou, chegou e falou: O que vocês estão fazendo aqui?! Isolados, longe do seu povo!! E explicou: foi atrás de nós porque tinha encomendado uma rede para a minha madrastra. Então, calculou o tempo que a rede podia estar pronta e foi atrás de nós...

Ele carregou nós da mata. Ele falou: vocês não podem ficar aqui. Ele fez esse milagre. Pegava um levava até um pedaço, voltava e pegava outro. Eu já estava melhorzinha, andava, andava, sentava. Andava, andava, sentava. Mas ia... Aí, ele chegou com nós na sua aldeia. Nós dormimos, de madrugada ele falou assim: agora vou buscar o Anselmo, que era meu tio.

Quando ele chegou de volta, meu pai já tinha falecido. Aí, eu falei: e agora? Agora [ele disse], vamos pra outra aldeia [de Anselmo]. Eu não me lembro, eu sei que essa aldeia fica[va] na beira do rio Ponte de Pedra.

Aí, Feliciano chegou e eles da aldeia disseram: não, não vão poder ficar aqui, porque nós estamos de saída, só estamos acabando de torrar a farinha. Por causa da doença, ninguém ficava nas aldeias, saía tudo, assim, pela mata., sempre procurando ficar na mata.

Aí, Feliciano falou assim: agora vou procurar a tribo [a aldeia] que era de irmã da minha madrasta. Vou buscar ela, vou consultar ela, se ela quiser vir buscar vocês... Aí, quando chegou lá, conversou com ela e ela disse: não...

E ele tornou a voltar. Quando chegou lá, a minha madrasta já tinha falecido.

Ele entregou minha irmã [por parte de pai] pro tio dela. Eu, com o meu irmãozinho, fomos pra casa do meu tio Anselmo e aí ficamos. Notícia do povo, não tem ninguém pra contar, porque cada um abriu por um rumo, de medo da doença. Morreu tanta gente, morreu tanta gente... Morreu criança, morreu gente velho, morreu tudo. Sobrou pouca gente.

É como eu sempre falo: eu agradeço primeiro a Deus, depois ao marechal Rondon. Eu tenho ele como pai, tenho ele como pai, considero ele como pai. Via que ele tinha aquele amor, desejava tudo de bom pra gente. A gente via que o gosto dele era esse.”

No relato de **Korezokerô**, a doença que exterminou a sua família também causou a sua perambulação pelas aldeias dos parentes, que acabou com o seu encaminhamento para o internato indígena da Comissão. A epidemia de varíola atingiu o seu grupo **halíti** quando ela era uma criança de 4 ou 5 anos, o que corresponderia aos anos de 1916 ou 1917, pois ela morreu em 1987, em Cuiabá, com 75 anos, aproximadamente.

Zozokoialô fez o seu relato em março de 1985, quando tinha perto de 74 anos. Ela morava no Posto Indígena Umutina, em Barra do Bugres, para onde foi levada pelo antigo SPI, nos anos 40, juntamente com outros **halíti** da antiga estação Utiariti. Os índios das linhas foram transferidos para o Posto Indígena Umutina quando os missionários jesuítas, em disputa pela administração dos índios com o SPI, estavam instalando-se na região, mais precisamente no próprio núcleo da estação. “Os índios não queriam ir”, contou-me, ainda em 1985, um índio Nambikwára que vivia em Utiariti. Muitos “não se acostumaram” e fugiram; outros ficaram e casaram-se com os poucos sobreviventes Umutina, formando uma pequena comunidade, que nos anos 80 chegava perto de 200 índios.

O Posto Indígena Umutina foi fundado e administrado pela Comissão Rondon até 1913, quando ela transferiu sua responsabilidade para o então recém criado SPI. Servia inicialmente de posto de atração dos índios Umutina - quase dizimados também por epidemias - contatados por Rondon quando construía o ramal telegráfico da estação “Parecis” à povoação de Barra do Bugres. Ele tinha o nome de Posto “Fraternidade Indígena” e tornou-se também uma espécie de exílio “reeducativo” para os outros índios, dentre eles alguns Bakairi, Xavante, Kayabi e Nambikwára, os quais têm ainda hoje um ou outro descendente por lá.

Zozokoialô era uma importante guardiã da memória dos Paresi do posto Umutina. “Eu estou escorando o

meu povo”, ela me disse mais tarde, “bambearam nossa lei, mas nós vamos continuar, levantar, enquanto eu tiver uma forcinha...”

Se, no passado, contactou e manteve os Paresi em torno das linhas, através dos internatos e da escola de telégrafo, hoje é o mesmo Rondon que, através da memória coletiva, legitima a sua condição de “índio”, que comprova de modo irrecusável a sua **indianidade**. São os índios Paresi que conviveram com Rondon, são os **índios de Rondon**. Operam com uma identidade subordinada, condicionada irremediavelmente à imagem do herói exaltado.

II – HABITAÇÃO PERMANENTE

As aldeias Paresi são formadas por grandes casas em estilo ovalado, que abrigam várias famílias, com suas portas bem baixas, localizadas em um pátio bem limpo e redondo, de solo arenoso, perdidas na imensidão aberta do campo, da chapada, à beira de uma mata ciliar.

As aldeias têm sua localização definida dentro de um território que tem significado mítico. Como já referido antes, **Wazáre**, o herói do grupo de irmãos original, distribuiu os descendentes **halíti** pelo vasto planalto que ainda hoje conserva o seu nome – o Planalto dos Parecis. Até hoje, uma aldeia ideal reúne um grupo de irmãos germanos casados com um outro grupo de irmãs, dentro de um mesmo sub-grupo **halíti**.

foto Tsohõ winã

Esta é uma foto da aldeia *Tsohō winã* e do seu entorno, na cabeceira do Juruena, no território do sub-grupo *Kozárini*. Ela é uma aldeia tradicional em todos os aspectos. Suas casas ovais - “em formato de forno”, como relatou ainda no século XVIII o bandeirante Pires de Campos - , no seu pátio circular..

É uma foto tirada no mês de setembro de 1997, tendo em volta o mato queimado brotando e, ao fundo, ainda a fumaça das queimadas. Os Paresi denominam a vegetação em torno do pátio (no primeiro plano) de *firakwarê*, expressão para o cerrado baixo ou campo “sujo”. Depois do campo “sujo”, atrás da aldeia, há uma mata ciliar, de várzea, que eles denominam *unikuni*. Depois da mata, mais ao fundo há, novamente, um campo *firakwarê*.

Estação Parecis: território *Caxíniti*

Embora com a maior parte da sua vegetação original destruída pelas grandes fazendas de soja, é possível perceber na A.I. Estação Parecis o mesmo padrão de ocupação *halíti* da aldeia *Tsohō winã*. O ribeirão *Wazuliatιά* (Cágado) corre entre margens de *unikuni* e a soja ocupa hoje o campo *firakwarê*.

A foto a seguir, tirada em 30 de junho de 2000, mostra alguns Paresi da Estação Parecis em frente à casa tradicional, tendo ao fundo a mata do ribeirão.

(foto: Casa tradicional)

Os *Zoromará* da Estação Parecis foram os únicos *Kaxíniti* que permaneceram no seu antigo território, sobreviventes da violência e das epidemias que diziram seu povo. É justamente por serem *Kaxíniti* que permaneceram na área da antiga estação, frustrando as expectativas deles se mudarem para a antiga reserva (hoje desmembrada em Área Indígena Utiariti e Área Indígena Paresi), criada nos anos 80 pela Funai para abrigar uma maioria de índios *Kozáriní*.

João *Zoromará*, o chefe do grupo local, ainda era vivo em 1985, quando iniciei a pesquisa que resultou na tese de doutorado. Ele era um telegrafista, formado por outros índios Paresi na própria região. Sua família permaneceu na Estação Parecis quando ela foi desativada, vivendo da plantação da roça, da coleta, caça e, posteriormente, de empregos temporários como mão de obra barata nas fazendas de soja, inclusive nas dos próprios invasores, que abriram suas “propriedades” com financiamento do governo.

Ele tinha absoluta clareza de que todo o martírio que ele e sua família já tinham passado tinha um nome: **Programa Polocentro**, responsável pela “bagunça”, como dizia, que se configurou ali.

O Polocentro foi criado pelo governo federal em 1975, como “Programa de Desenvolvimento dos Cerrados”, voltado para financiar a ocupação agropecuária dos cerrados de Minas Gerais e do Centro-Oeste. Uma das 12 áreas escolhidas chamava-se “área Parecí” e tinha uma superfície de 800 ha, situada “às margens da BR-364, em faixa de 40 quilômetros ao norte da rodovia, entre os ribeirões Sumidouro e Sacre (MT)” [12].

Surpreendentemente, dentro desses 800 mil ha estavam não só a área da antiga estação, como também grande parte do leste da atual Área Indígena Utiariti. O rio Sacre é hoje território demarcado de ocupação *Wáimare*.

As condições de sobrevivência do grupo doméstico de *Zoromará* tiveram uma piora sensível a partir dos anos 80, quando o Incra reconheceu como terra devoluta justamente o antigo território dos *Wáimare* e *Kaxíniti*, nas águas do *Sakuriu winã* (Ponte de Pedra ou Sucuruína) e nas cabeceiras do *Azawinazá* (o rio Arinos). Concretamente, os *halíti* que ocupavam essa região foram dizimados a partir do início do século, pois estavam na rota da expansão da borracha. Os únicos que sobreviveram e permaneceram no antigo território foram os *Zoromará*.

Grande parte do emaranhado de situações novas que envolveram os índios da estação veio à tona com o reconhecimento, em 1980, por parte do Incra, de uma suposta antiga gleba denominada “Caetano Dias”, cujas dimensões atingiriam o surpreendente limite 390 mil ha. Um “gleba” resultante de terras de um morador de Diamantino, o famoso major Caetano Dias, que abriu um seringal, no início do século, nas imediações da Lagoa Rasa, a Lagoa *Natukwá* dos *halíti* (suas cabeceiras chamavam-se *Kalana winã*, sendo *kalana* a buritirana; portanto, cabeceira da buritirana).

Nas páginas 260-272 do processo de reintegração de posse (nº 93.0000174), o advogado dos invasores apresentou um documento importante: a Ação Discriminatória da “Gleba Caetano Dias”, com a intenção de comprovar os supostos direitos de seus clientes. Segundo ele, tais direitos já estariam “exaustivamente provados” e estariam consolidados há mais de 90 anos, com os títulos dominiais expedidos ainda no século passado (ver documento nas

páginas 189-194, de 15 de abril de 1994). O seu conforto estava no fato de tratar-se de ação de reintegração de posse, não exigindo a apresentação à justiça dos títulos dominiais.

Por uma extrema coincidência, nas páginas 83 e 84 da minha tese de doutorado, reproduzi uma unidade discursiva de um dos meus principais informantes, o ex-telegrafista Maximiano *Zonoizô*, que se refere justamente à memória do tempo dos seringais nas terras dos *halíti*, localizando o seringal de Caetano Dias como um dos que empregavam a mão de obra das famílias *Kaxíniti*. Trabalhava no seringal da Lagoa Rasa, por exemplo, a família de Maximiano *Enoré*, quando em 1908, já órfão de pai e mãe, foi levado por Rondon para estudar telegrafia.

Zonoizô, na lucidez da sua memória, confirmava o discurso rondoniano de que os índios aprendiam para um dia substituir os *imóti* nas estações [13]. Como já referido anteriormente, Rondon estava convencido de que o trabalho nas linhas era mais humano, mais “justo” do que a escravidão dos seringais, onde os índios eram explorados e expropriados, em troca de bugigangas, roupas e alimentos. Caetano Dias era justamente um explorador dos índios da Lagoa Rasa, com qual Rondon entrou em conflito, resgatando lhes a liberdade, pois ficavam aprisionados às eternas dívidas do sistema do barracão (bastante comum ainda na Amazônia, configurando o que chamamos de “escravidão branca”). [14]

No confronto com os meus dados etnográficos, os argumentos do advogado buscando na “gleba Caetano Dias” a legitimação da ocupação da terra dos índios, são de uma contradição insustentável. Pelo caráter das relações interétnicas estabelecidas no início do século, pelo poder imenso que incorporava Rondon - que não media esforços para a implantação das linhas com a colaboração dos *halíti* - a “gleba Caetano Dias” jamais ocupou um palmo sequer de terra da área da estação “Parecis”. Até porque a área da estação tornara-se uma área de segurança nacional, ela sim “encravada” em pleno território indígena, para usar as palavras do próprio Rondon. Por isso as linhas eram “Telegráficas e Estratégicas”, faziam parte de um plano do recém criado Ministério da Guerra, para ocupação e segurança da fronteira com o Bolívia e o Paraguai. Se Caetano Dias tivesse invadido a área da estação “Parecis” para expandir os seus seringais, é absolutamente certo de que teria sido preso...

O que já não aconteceu com os atuais invasores, que invadiram uma área onde, até bem pouco tempo, ainda havia um destacamento militar (do 9º BEC), supostamente responsável por aquele patrimônio em si.

Havia, sim, um barracão de seringa nas proximidades de “Parecis”, no córrego da Varzearia (ou *Kanuti winazá* [15]): era a “Feitoria do Orlando”, que pertencia à firma comercial “Orlando & Cia” e sua entrada na região foi simultânea à chegada de Rondon. Era uma firma bastante consolidada em Mato Grosso (a historiografia regional atesta abundantemente isso), voltada para o transporte e comércio de mercadorias, entrando na exploração da borracha com a invasão do território *halíti*, nos ricos seringais do rio do Sangue e do Arinos.

A firma Orlando & Cia também jamais ocupou um palmo de terra sequer da área da estação “Parecis”, pela mesma razão que não ocupou a “gleba” de Caetano Dias: o respeito ao poder de Rondon.

A firma “Orlando & Cia” adquiriu título definitivo fora da área da estação e teve reconhecidos seus direitos - repito: **fora da estação** - na discriminatória do Incra, de 1980, citada anteriormente.

Assim também os então interessados na Discriminatória Aréssio José Paquer, Adelino Simões de Carvalho, Valdecir Emerick, Avenir José Bassan e outros, que posteriormente se envolveram, de formas variadas, no processo da estação “Parecis”. Aréssio José Paquer (que já foi secretário de estado) foi testemunha da “legitimidade” da posse dos autores da presente ação (**Sebastião de Assis, Joana Peteck Donato e Ozenir de Araújo**), assim como Adelino Simões de Carvalho.

A questão fundamental desse emaranhado de supostos proprietários no território dos índios é: **como explicar**

que as terras dos migrantes sulistas que, na Discriminatória do Incra de 1980, ficavam, sem qualquer dúvida, fora da área da antiga estação “Parecis”, estejam hoje, como em um passe de mágica, dentro da área?

Nem mesmo as terras que outro dos personagens principais de todo o saque à estação, o “posseiro” **Geraldo Cosme de Freitas**, alegou ter na região, foram reconhecidas pelo Incra. Basta ler atentamente o documento da Ação Discriminatória (Incra - Processo nº 5.879/78 - Classe V), assinado pelo juiz paranense (designado pelo CJF) Manoel Lauro Volker de Castilho, de 14 de março de 1980, para constatar que **Geraldo Cosme de Freitas foi excluído da discriminatória da “gleba Caetano Dias, o que contradiz frontalmente a argumentação do advogado Otto Sampaio, que insiste em dizer que os invasores Sebastião de Assis, Joana Maria Peteck Donato e Ozenir de Araújo, compraram dele a “posse”. Sebastião de Assis, Joana Maria Peteck Donato e Ozenir de Araújo seriam “posseiros” - e por isso entraram com a ação de reintegração de posse, motivo desta perícia - porque teriam comprado a “posse” de Geraldo Cosme de Freitas!**

Na sua consciência de Magistrado, Manoel Lauro Volker de Castilho afirmou que era **“indispensável sanear o processo”**, pois **“inúmeros interessados [na Discriminatória da “gleba Caetano Dias”] compareceram oferecendo títulos e documentos comprobatórios de seus direitos sobre os imóveis que foram depois encontrados localizados fora do perímetro discriminado.”**

O Juiz ainda teve a preocupação de enfatizar que a exclusão dos interessados na discriminatória, como Geraldo Cosme de Freitas, não importava **“em qualquer reconhecimento ou decisão relativa ao domínio e posse ou ocupação dos imóveis excluídos”**.

Não há dúvida de que o interesse e o compromisso profissional, ético, de um bom topógrafo do Incra teria evitado que este processo, motivo desta perícia antropológica, chegasse ao seu terceiro volume (com exatas 636 páginas...), evitando também e principalmente tanto sofrimento aos índios.

Foi a profundidade da pesquisa etnográfica - fazendo uma verdadeira “arqueologia” social das linhas, aliada à capacidade descritiva dos relatos dos meus informantes, recuperando minuciosamente o cotidiano das suas relações com Marechal - que permitiu chegar a um dado surpreendente: na confecção dos mapas do Incra localizando a “gleba Caetano Dias”, efetivando a sua **demarcação**, os nomes dos córregos Cágado (**Wazuliatíá**) e Chapéu ou Rocio (ou Rócio) são simplesmente **trocados**, embaralhados, levando a toda a confusão que resultou na invasão da área da estação, por supostos proprietários da “gleba Caetano Dias”.

A rigor, a **delimitação** da “gleba Caetano Dias”, constante no documento assinado pelo Juiz Federal Manoel Lauro Volker de Castilho é:

“Partindo do ponto situado na nascente do Rio Água Verde, junto ao km 324 da BR 364 (Cuiabá/Porto Velho), segue por uma linha reta, rumo 22 ° 30' NE, numa distância aproximada de 16.200 m (dezesseis mil e duzentos metros) até a nascente do Córrego Preguiça; daí, descendo pela margem direita do referido córrego, até a sua foz no Rio Sucuruína ou Ponte de Pedra; desse ponto, por uma linha reta, rumo 72 ° 00' NE, numa distância de 45.400 m (quarenta e cinco mil e quatrocentos metros), até a foz de um córrego sem denominação no Rio Alegre ou Parecis, de coordenadas geográficas: Longitude 56 ° 59' 00'' WG e Latitude 13° 31' 30'' S; daí, por uma reta, rumo 19 ° 10' SE, numa distância aproximada de 58.500 m (cinquenta e oito mil e quinhentos metros), **até a foz do Rio Água Verde no Rio Santo Antonio, margem esquerda, até a foz do Córrego do Rócio. Daí, subindo por este, margem esquerda, até a sua cabeceira junto à BR 364, km 243; seguindo a citada BR 364, margem direita, sentido Cuiabá/Porto Velho, até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro.** A área contida nos limites acima descritos é de aproximadamente 390 000 ha (trezentos e noventa mil hectares), tomando-se como referência o Mosaico Semicontrolado de Radar Radam-Brasil, folhas SD.21 - V - D e SD.21 - X - C, na escala 1:250.000, publicado pelo Ministério das Minas e Energia em 1975/1976...”

Com a ajuda do topógrafo da Funai e de um técnico do Incra de Diamantino, usando equipamentos dos dois

órgãos (GPS, curvímeter e cartas de várias escalas, inclusive do Radam-Brasil), foi possível localizar tanto os limites da “gleba Caetano Dias” quanto os da estação, para confirmar, sem sombra de dúvida, mantendo a identificação correta dos córregos nos mapas e respeitando a delimitação consolidada pela justiça, que **as terras da “gleba” e da área da antiga estação são separadas por uma distância de aproximadamente 3 quilômetros.**

A seguir, reproduzo as duas áreas, com base nos dados do próprio Incra. O mapa, na escala de 1:100.000, onde foram inicialmente plotadas pelos técnicos em Diamantino, encontra-se em anexo, revelando as confusões grosseiras nas denominações dos córregos.

(o mapa)

Com esta reprodução, que mostra a desproporção absurda entre os 390 mil ha da “gleba” - o antigo território dos grupos *halíti* vitimados pelas doenças e pela violência, definitivamente expropriado - e os 3.600 ha reivindicado pelos *Zoromará*, pode-se confirmar a ganância com que o migrantes sulistas avançam sobre a terra que, incontestavelmente, é indígena.

Na demarcação, a confusão com os nomes dos rios, é evidente, favoreceu os invasores, que têm hoje, às custas de financiamentos com dinheiro público, poder econômico e influência política para consolidar o saque.

A seguir, reproduzo as duas “fronteiras” à sudeste da “gleba Caetano Dias”: a de cor azul, que respeita a delimitação (localizando a distância de 3 quilômetros entre a área delimitada e a estação, separadas pelo córrego Baianinho), e a de cor verde, que avança sobre o terreno da estação (identificado pela linha de cor vermelha).

(os dois mapas)

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

As aldeias Paresi são unidades econômicas independentes, com suas próprias áreas de caça, coleta e agricultura, distribuídas em um território de origem mítica, partilhado pelos grupos endogâmicos. Habitantes do extenso chapadão, eles cultivam suas roças nas faixas de matas ao longo dos rios, distantes alguns quilômetros das aldeias, plantando principalmente mandioca e milho, mas também feijão, arroz, batata, cará, etc.

A caça é uma atividade tradicional fundamental na sociedade *halíti*. Cada aldeia tem o seu *kahete*, o seu caçador, que é uma categoria muito especial de pessoa, gozando de fama e prestígio. Um *kahete* pode enfrentar dias seguidos de caçada, sem alimentação, carregando apenas fumo e seus instrumentos de caça, dentre eles o *zayákoti*, um escudo venatório que lhe permite aproximar-se do animal sem ser visto. A foto a seguir, tirada em 1997, mostra um *kahete*, um Paresi *Kozárini* da aldeia do Juininha, com o seu *zayákoti*, sem a cobertura de folhas de palmeira.

(foto kahete)

As caçadas coletivas estão relacionadas com as grandes festas, como a de nomeação das crianças, a festa da moça nova e a que comemora as colheitas. São importantes ocasiões de reunião dos parentes que moram distantes, que comem, bebem chicha, dançam e jogam o *zikonáhiti*, um jogo de bola de cabeça disputado entre os da aldeia e os de fora.

A coleta é uma fonte complementar de alimentos e de matéria prima para o artesanato, objetos da cultura *halíti* comprados nas cidades pelos *imóti*. Eles fazem as bolas do *zikonáhiti* com o látex da mangaba, fazem arco e flecha em miniatura, redes de tucum, de algodão, cestos, peneiras, colares e outros objetos, que recebem o nome genérico de “enfeites”. Com o dinheiro do artesanato compram roupas, bicicletas, calçados, sabão, fósforo e panelas.

A degradação do ambiente na região da Estação Parecis, provocada pela produção intensiva de soja, causou sérios prejuízos aos índios, diminuindo a caça, a pesca e a coleta. Eles só sobreviveram por que mantiveram as suas pequenas roças na mata do *Wazuliatia*, tinham um pomar no entorno da estação e empregaram-se como mão de obra barata nas fazendas dos invasores. As máquinas agrícolas e o gado dos fazendeiros destruíram várias vezes suas roças.

Nas palavras de João Batista *Zoromará*, ainda em 1993:

“Quando os fazendeiros chegaram, aqui tinha bastante caça, a natureza era mais gorda. O cerrado era todo coberto. Era uma vida que a gente vivia melhor. Nós esperamos a regularização da terra, pensamos que o fazendeiro não ia invadir.”

Antes da invasão, eles plantavam mandioca, milho, arroz, feijão, abóbora, batata, melancia, cará, abacaxi, banana e cana de açúcar. Ainda em suas palavras:

“No cerrado tinha só frutas: pequi, cascudo, aticum. Pegava pequi para alimentar. Tinha caju- do- mato... aliás, ainda existe caju do mato no cerradinho nosso, mas é muito pouco. Tem muito cascudo ainda. Mas onde os fazendeiros entraram acabaram com tudo, derrubaram os pés de pequi, de ata, de cascudo, de aticum. Acabaram com tudo. Nós já coletamos muito para a nossa alimentação. Nós vivíamos da roça, da coleta de frutas, da caça e da pesca. Agora os fazendeiros acabaram com tudo e nós ficamos sem recurso nenhum. Hoje temos que sair pra trabalhar nas fazendas, pra sustentar nossa família.

Naqueles bons tempos, a gente caçava aqui na região mesmo, na mata e no campo. No campo ia atrás dos animais e na mata esperava. Tinha paca, veado, cutia, tatu... Com a presença dos fazendeiros dentro da nossa terra, as caças foram embora pra bem longe. É difícil encontrar caça agora. Além disso, os fazendeiros também caçam pra alimentar os seus funcionários. O nosso ambiente é aqui, vivemos aqui, não é certo ir procurar um outro ambiente pra caçar que não é nosso. Antes deles chegarem, nós vivíamos em harmonia.”

O trabalho nas fazendas e a venda do artesanato são atividades que carregam todo o peso das relações históricas de exploração e expropriação dos Paresi. Para compreender as dificuldades que eles passam ainda hoje para sobreviver e defender suas terras, é necessário recorrer a uma análise das mudanças econômicas e sociais na região a partir dos anos 60. A antropóloga Romana Costa [16] resumiu esse quadro:

“A partir dos anos 60, a região onde se situa o território Paresi vem se constituindo em uma das áreas prioritárias de desenvolvimento, com vistas à expansão das fronteiras econômicas, em particular agrícola e pecuária.

Levas de migrantes, advindos dos Estados do sul do país - principalmente do Paraná - chegam a Mato Grosso à procura de terras agriculturáveis, conferindo à região um nova fisionomia econômico-social. Um dos fatores explicativos desses movimentos de população para o norte do país, principalmente para a região definida como Amazônia Legal, seria o gradual fechamento da fronteira sul [com a saturação das terras e concentração da propriedade].

Da perspectiva da sociedade Paresi a “saturação” da fronteira sul adquire significado particular, uma vez que se constata que a maioria da população estabelecida na área adjacente ao seu território é oriunda dos Estados sulinos.

Deve-se ressaltar que o território Paresi situa-se exatamente na rota para a Amazônia; em 1960 foi inaugurado um dos principais eixos de penetração - a Rodovia BR 364 (Cuiabá-Porto Velho), cujo traçado dividiu as terras indígenas, notadamente na linha do divisor de águas do Amazonas e do Paraguai.”

Romana Costa explica que a estrada teve implicações diretas sobre a sociedade Paresi, “sendo uma delas o fato de ter se constituído, em 1968, quando do decreto de delimitação da área da Reserva [hoje correspondente à Área Indígena Paresi e Área Indígena Utiariti], o limite sul da mesma, resultando na exclusão das aldeias situadas abaixo da estrada [hoje as áreas indígenas Formoso, Estivadinho e Figueiras]”.

“O estabelecimento de limites nas terras indígenas “liberou” uma área que pôde ser apropriada por grandes

empresas econômicas, com o repaldo de Certidões Negativas [fornecidas pela Funai], com implicações para a sociedade indígena.

A região circunvizinha ao território Paresi estende-se pelos municípios de Diamantino e Tangará da Serra. O processo histórico do grupo, desde os primeiros contatos registrados, esteve associado a Diamantino. A partir de 1977, com o desmembramento de alguns municípios na região, foi criado o município de Tangará da Serra e tanto a área reservada quanto algumas aldeias fora dela (aquelas situadas abaixo do limite sul da BR) passaram a constar juridicamente deste município.” (pág. 321)

Os índios passaram a ir esporadicamente a Tangará da Serra, para pequenas transações comerciais e assistência médica. A cidade, que em 1960 tinha menos de mil habitantes, a partir da década de 70 teve um fluxo migratório mais intenso, predominando os de origem mineira, paranaense e gaúcha.

“A agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas da área, destacando-se o arroz como produto predominante. Em 1980 havia 1.100 produtores, em uma área de cultivo considerada em expansão, sendo a produção da ordem de 25.920 toneladas, o que colocava o município como o maior produtor deste cereal na microregião (Alto Paraguai).”

E como os novos migrantes vêem os índios?

“Na área rural, a diversidade de situações, que vieram a se configurar no processo de ocupação das terras da região, implicaram em modalidades distintas de relacionamento, expressas nas representações divergentes que se nos apresentaram decorrer da pesquisa de campo. Nas áreas em que eclodiram conflitos em torno da terra, envolvendo diretamente índios e fazendeiros (como as situações das fazendas Sudamata e Itaipu) os Paresi são percebidos como “sujos”, “traíçoeiros”, “preguiçosos”, “mentirosos”, “vingativos”. Na perspectiva de um dos proprietários da Fazenda Itaipu, “o governo devia emancipar o índio, eles são impunes, têm muita terra para não fazerem nada, devia colocar todos em dois mil hectares e ensinar a tratar a terra. Ou se integra ou se extermina de vez”. (pág.327)

Na maioria das vezes, os conflitos colocam frente a frente os índios e os empregados das fazendas, uma vez que os proprietários das grandes empresas agropecuárias estão nos seus estados de origem. Quando contratados como mão de obra temporária, os índios não se sujeitam às condições de trabalho, o que também gera situações de conflito.

De modo geral, os índios preferem manter uma posição de distanciamento desses novos *imóti*, que chegaram e ocuparam suas terras a partir dos anos 60-70.

Na cidade, diz Romana Costa (pág.325), eles andam em grupos pequenos, conhecem todas as casas comerciais, compram nas que têm preço mais acessível, escolhem rapidamente os produtos, não regateiam, e não demoram em se retirar. É um comportamento que evita uma convivência mais prolongada.

A cidade também é um mercado consumidor de artesanato indígena, principalmente redes, cestaria, enfeites e espanadores, que eles fazem com penas de ema e outros restos de suas caças.

A idéia de produzir espanadores foi de um missionário protestante, na década de 60, quando o Summer Institut of Linguistics chegou na área, para evangelizar os índios.

“Os Paresi viram na Rodovia BR 364 um possível ponto para suas negociações. Nesse processo, intervieram os missionários, procurando incentivar a produção artesanal, orientando-a para o mercado. **Até então, o grupo indígena parecia não dominar os mecanismos de uma economia de mercado, desconhecendo o sistema de**

preços e mesmo a moeda.” (pág.336).

É notável a informação de que, nos anos 60, os Paresi ainda não conheciam as regras do comércio e tampouco conheciam nossos preços e a nossa moeda. A cultura aparentemente partilhada entre os índios e nós não é mais do que uma fina crosta de sobreposições e entrecruzamentos de significados. No contato conosco, os índios vivenciam um processo complexo de construção de sentidos, que opera sempre com um código cultural e uma lógica própria, sua, específica.

Para Romana Costa, a produção do artesanato para comercialização significou um empreendimento “novo” na cultura Paresi. Já não se tratava mais de troca de bens, de troca envolvendo as suas “coisas” (*zigahalíti*, “coisas dos *halíti*) e as “coisas” dos *imóti*; tratava-se de comercialização de produtos criados para os *imóti*, que são os chamados “azinato” (artesanato) e estão fora do rol dos objetos de uso pessoal *halíti*. São objetos incorporados culturalmente como “coisas para os *imóti*”.

IV – MEIO AMBIENTE

No trajeto entre a cidade de Diamantino e a Estação Parecis, até mesmo as faixas marginais da estrada são utilizadas pelos *imóti* para a agricultura, suprimindo totalmente a vegetação original.

Nas adjacências das casas dos índios está uma das raras áreas de cerrado remanescentes, onde observa-se tanto o campo cerrado (que se caracteriza por sua fisionomia aberta, com árvores esparsas) quanto o campo “sujo” (onde predomina a fisionomia campestre, com vegetação rasteira e árvores pequenas), ambos chamados de *firakuarê* pelos índios [17]. Originalmente, ocorriam ali diversas gradações de cerrado e as poucas áreas que sobraram estão em locais de difícil mecanização, pois a monocultura da soja ocupou quase a sua totalidade, além do desmatamento da vegetação florestal e da faixa de transição entre esta e o cerrado.

Os Paresi da Estação Parecis abandonaram o manejo do fogo (utilizado tradicionalmente para acuar a caça, com técnicas que evitam a propagação) por almejarem o aumento da coleta de frutos das espécies nativas que compõem a sua base alimentar. O que não aconteceu com os fazendeiros, que continuaram ateando fogo até serem denunciados pelos índios em 1995.

Segundo Campos Filho (1998:17), no cerrado da Estação Parecis podem ser encontrados, entre outras espécies, o algodãozinho do campo – *brosimum* gaudichaudi; mangaba brava – *Lafoensia pacari*; leiteirinho, *Sapium hasslerianum*; lixeira – *Curatella americana*; cajuzinho-do-cerrado – *Anacardium* sp; bocaiúva – *Acrocomia* sp; cascudo – *Talisia subalbans*; angélica – *Himatanthus obovatus*; atas – *Annomaceae*; arxicum – *Annona dioica*; coroa-de-frade – *mouriri elliptica*; jurubeba – *Solanum paniculatum*; lobeira – *Solanum lycocarpum*; fruta-de-veado – *Pouteria ramiflora*; gravatá – *Bromelia* sp; murici – *Byrsonima* sp; jaboticaba do cerrado- *Psidium* sp, anil – *Indigofera* sp; morototó – *Didymopanax* sp; pãina – *Eriotheca* sp; pata-de-vaca – *Bauhinia* sp; salsaparrilha – *Smilax* sp; fruta-de-morcego – *Andira cuyabensis*; falso-barbatimão – *Dimorphandra mollis*; ipê-cachorro – *Tabebuia ochraceae*; lixinha – *Davilla* sp; *Myrcia albo-tomentosa*; paratudo – *Tabebuia aurea*, pimenta-de-macaco – *Xilopia aromatica*; quina – *Strychnos pseudoquina*, justa-conta – *Sclerolobium paniculatum*; pau-de-bicho – *Terminalea argentea*; barbatimão – *Stryphnodendron obovatum*; assa-peixe – *Vernonia* sp; carobinha – *Jacaranda* sp; pu-doce – *Vochusia cinnamomea*; currupira branca – *Pterodon pubescens*; douradinha – *Palicourea rigida* e três-quinas – *Serjania* sp.

As florestas da região da Estação Parecis acompanham os vales dos córregos. A floresta do *Wazuliatiá*, o córrego dos Cágados, que atravessa a área da estação, apresenta uma mistura vegetacional própria de “zonas de tensão ecológica”:

“Ainda que as bordas da floresta e a transição dela com os cerrados tenham sido removidas pela monocultura, pode-se observar a mistura de elementos do cerrado (sentido amplo) e da floresta, na área remanescente. Assim a floresta mostra mudança de composição conforme a cota altimétrica, dominando espécies da floresta semidecidual nas menores cotas, aumentando o número de espécies decíduais e de cerrado nas cotas superiores. Nestas ocorrem pimenta-de-macaco, justa-conta, bocaiuva – *Miconia* sp, cipó-tripa-de galinha – *Bauhinia glabra*, saboneteira – *Sapindus saponarea*, marmelada-de-espinho – *Alibertia verrucosa*, cedro – *Cedrela* sp, aricá – *Physocalyma scaberrimum*, angico – *Anadenanthera* sp, peroba – *Aspidosperma* sp, mirindiba – *Buchenavia* sp, tucum – *Bactris* sp, cambará-amarelo – *Vochisia haenkeana*, embaúba – *Cecrópia pachystachia*, jatobá-mirim – *Hymenaea courbaril* e pitomba – *Talisia* sp.

Em cotas mais baixas ocorrem alguns elementos descritos acima, como a embaúba, o cedro, a mirindiba, e elementos da Amazônia, como cutitiribá – *Lucuma* sp, garapeira – *Apuleia mollaris*, açai – *Euterpe* sp, caju-do-mato – *Anacardium* sp, ingás – *Inga* ssp, bacaba – *Oenocarpus* sp, seringueira – *Hevea* sp, sorva – *Couma* sp, cacau-do-mato – *Theobroma* sp, virola sp, além de figueiras – *Ficus* ssp, jequitibá – *Cariniana* sp, guanandi – *Calophyllum brasiliense*, negramina – *Siparuna guianensis*, pau-d’olho – *Copaifera langsdorfis*, encontradas também no sul da região.” (Campos Filho 1998:19).

Nas faixas estreitas e permanentemente inundadas destacam-se os buritis e as buritiranas – *Mauritia aculeata*, havendo no estrato arbustivo, mais desenvolvido, a banana-do-mato – *Heliconia ssp*, samambaias – *Pteridofitas* e taquara-de-fogo – *Poaceae*.

Além de suprimir a rica flora original, os fazendeiros provocam a invasão de espécies européias e plantio de espécies exóticas, de outras origens como o capim *Brachiaria ssp*.

“Essas espécies, a transformação das estruturas física e química do solo pela mecanização, a dubação e a calagem (correção de acidez – ph), além da ausência de plantas mãe, que ofertariam sementes para regenerar os espaços degradados, indica a dificuldade para a recomposição da vegetação original dos cerrados locais.” (id.:20).

O desmatamento causou um seccionamento da vegetação nativa entre as bacias hidrográficas amazônica e platina, desaparecendo faixas florestais que serviam como corredores de dispersão da flora e migração da fauna. Isso tudo em prejuízo da biodiversidade, provocando o isolamento das populações e a ausência das trocas genéticas.

A monocultura mecanizada destrói a estrutura natural do solo, compactando-o, tornando-o impermeável, sem infiltração, o que aumenta o escoamento superficial da água, causando a erosão. A retirada da vegetação causa também a erosão aeólica, por suprimir a interceptação dos ventos.

É possível ver, a seguir, uma imagem de satélite (LandSat 5, de setembro de 1990) tendo no centro o curso e a mata do ribeirão **Wazuliatiá** (ou dos Cágados), com o seu entorno totalmente destruído pelos campos arados de soja.

(imagem de satélite)

A erosão hídrica causa a elevação da turbidez das águas fluviais, mudando as características químicas e provocando o assoreamento. Além de destruir a estrutura física do solo, há a perda de matéria orgânica e nutrientes, alterando a microflora e a microfauna.

“A utilização de adubos químicos na agricultura causa eutrofização de ambientes aquáticos, com desenvolvimento de tipos de microvida que podem tornar-se danosas à saúde das populações humanas e da fauna. Causam ainda mudanças na composição química do solo, pelo acréscimo de elementos minerais que não existem em condições naturais. Podem causar a contaminação das águas subterrâneas quando, devido à lixiviação (remoção) pela chuva dos elementos solúveis em água, infiltrando até o nível do lençol freático.

Os agrotóxicos, pelo lançamento de restos de formulação, lavagem de equipamentos e carreamento pelas chuvas dos produtos aspergidos nas plantações, contaminam os aquíferos, matando a fauna, (...) destróem insetos úteis, criam populações resistentes de pragas e contaminam animais, enfraquecendo, por exemplo a casca dos ovos de aves, comprometendo sua reprodução.

Quando carregados pelo vento, os herbicidas podem destruir plantações vizinhas e a vegetação nativa, destruindo os ecossistemas e causando o empobrecimento genético...” (Campos Filho, 1998:12).

A foto a seguir mostra o abandono de vasilhames de agrotóxicos nas margens de estradas, com deposição de lixo e erosão, como os grandes sulcos da estrada vicinal próxima ao córrego do Rocio ou Chapéu, já tendo evoluído para voçoroca.

(foto: agrotóxicos)

V – REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

No seu levantamento para o **Relatório de Identificação e Delimitação da A.I. Estação Parecis**, de 1994, a socióloga da Funai Luciene Morais de Oliveira identificou uma população de 42 habitantes, dependendo diretamente da área da estação para sobreviver. Ela elaborou uma tabela populacional por faixa etária e sexo, reproduzida a seguir:

Faixa	Homens	%	Mulheres	%	TOTAL	%
Etária						
0-04	05	25	05	22,7	10	23,8
05-09	03	15	04	18,2	07	16,6
10-14	01	5,0	04	18,2	05	11,9
15-19	01	5,0			01	2,4
20-24			01	4,5	01	2,4

25-29	02	10	02	9,1	04	9,5
30-34	01	5,0	01	4,5	02	4,8
40-44	01	5,0			01	2,4
55-59			02	9,1	02	4,8
Indef.	06	30,0	03	13,7	09	21,4
TOTAL	20	100,0	22	100,0	42	100,0

A população da Estação Parecis é significativamente jovem, sendo 22 pessoas da faixa etária de 0-14 anos. Tal quadro só vem confirmar as estatísticas no Brasil, que mostram um crescimento da população indígena em taxas bem acima da média nacional. Isso revela um esforço de sobrevivência dos povos, das etnias que formam o país.

No caso dos índios da Estação Parecis, é importante relembrar que eles são descendentes dos Paresi do sub-grupo *Kozáriní* e os únicos sobreviventes a permanecer no seu território tradicional, destinado a eles pelos heróis míticos. Eles não têm a opção de um outro território, pois as outras áreas Paresi já demarcadas são ocupadas majoritariamente pelos *Kozáriní* e uma minoria *Wáimare*.

Hoje, a população diretamente vinculada à Estação Parecis é de 48 índios, com alguns vivendo temporariamente nas cidades. Os dois irmãos *Kenozoré*, do grupo doméstico da primeira mulher de *Zoromará*, migraram da antiga reserva para a casa de João Batista, reforçando os laços dos sobreviventes *Kaxíniti*.

A geração mais nova sente mais diretamente o preconceito dos regionais, pois são crianças e jovens que dependem das escolas públicas urbanas para estudar, deslocando-se diariamente para Nova Marilândia. Lá eles são conhecidos como os índios da antiga estação, que vivem em torno de uma “índia velha”, dona Djair Zoromará, filha do falecido telegrafista João *Zoromará*. Ela é conhecida por vender remédios caseiros, beberagens feitas com ervas da mata do *Wazuliatiá*.

Sendo os grupos endogâmicos, os Paresi da estação tiveram dificuldade para encontrar seus parceiros matrimoniais potenciais nas áreas indígenas, encontrando-os na maior parte das vezes entre os *imóti*. Algumas mulheres são mães solteiras, dois homens maduros ainda não encontraram esposas e um deles foi abandonado com 4 filhos, com o retorno de sua ex-mulher para a cidade.

São unidades domésticas dilaceradas, mas que mantêm uma identidade coletiva que passa necessariamente por toda a história da estação. Mesmo vivendo temporadas em fazendas ou na cidade, em decorrência das suas necessidades de sobrevivência, sempre permanece um núcleo deles na estação, liderado principalmente pelos irmãos mais velhos, a forma tradicional *halíti* de organização.

A foto a seguir, de 1998, mostra os três irmãos mais velhos, que partilham a liderança em Parecis.

(foto índios Estação)

Na viagem de campo da equipe para a complementação das informações do Relatório, não encontramos a filha mais velha de João **Zoromará**, Djair, que se recuperava de uma temporada em um hospital público de Cuiabá. O jornal “Diário de Cuiabá”, de 18 de maio de 2000, fez uma matéria retratando a saga de Djair Zoromará (com 63 anos) desde as cidades de Diamantino e Tangará da Serra, em busca de atendimento médico (ver anexo).

Djair Zoromará é o “esteio” dos índios da Estação Parecis. Ela é a sua liderança desde os anos 70, quando substituiu o pai na luta pela área de 3.600 ha demarcada pela Comissão Rondon, em 1908, como terreno da Estação Parecis. Doente, ela vem sendo substituída pelo irmão mais velho, João Batista **Zoromará**, e seu filho, Valmir.

Em 1993, a socióloga Luciene Morais de Oliveira gravou seu depoimento acerca de sua luta pela terra.

“Meu pai toda vida falava que era pra mim cuidar das coisas, porque ele via o meu interesse... Sempre desejei que essas terras fossem demarcadas pra todos nós. Ele já via o meu entendimento com a idade de 8 anos, então ele fazia essa explicação. Ele achava que eu tinha mais entendimento que os outros, que eu não pensava em ter as coisas só pra mim..

O que eu tenho que explicar é o seguinte: é que toda vida, tudo ficou pra minha luta, sou em quem luto. É

um compromisso. Toda vida... eu penso em ter um recurso, dependeria de um recurso e a gente não tem, tá todo mundo sofrendo, pra bem, dizer. Nosso sofrimento é que a gente acha que as coisas do jeito que estão, não estão certas, que tudo tem que ser certinho, não é? Não somos ricos, o que leva a gente pra frente é o trabalho.”

Os índios da estação esperam há quase trinta anos a regularização da área como território Paresi. A sua sobrevivência enquanto um grupo diferenciado é vital para o fortalecimento da etnia e da própria cultura *halíti* como um todo.

Quem acompanhou a sua luta desde os anos 80, quando ainda João *Zoromará* vivia, pode comparar com os dias atuais e concluir que esse grupo está conseguindo renascer, o que é um fenômeno étnico do Brasil contemporâneo. Eles não querem viver na cidade (embora dependam dos seus serviços, como a escola) e não têm como viver nas aldeias da antiga Reserva. Eles são descendentes dos *Kaxíniti*, nasceram e cresceram na Estação Parecis, tendo suas vidas e a de seus pais e avós gravitado em torno do telégrafo.

O que eles sempre reivindicam, os 3.600 ha, é uma parcela absolutamente insignificante do antigo território *Caxíniti*. É menos de 1% da terra que o INCRA reconheceu como sendo a “Gleba Caetano Dias”, de fato o antigo território dos *Wáimare* e *Caxíniti*, que foram vítimas da violência e das epidemias do tempo das linhas e dos seringais.

VI – LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Como já foi dito, dos Paresi que nasceram, cresceram, trabalharam e moraram na estação “Parecis”, os únicos que permaneceram, que resistiram à invasão dos *imóti* à estação foram os *Kaxíniti* do grupo local de João *Zoromará*.

João *Zoromará* nasceu em 1910, na Lagoa Rasa, nas águas do Arinos, no mesmo lugar onde nasceu Maximiano *Enoré* (pai de Laudelino), entre a estação “Parecis” e “Ponte de Pedra”, inquestionavelmente território tradicional *Kaxíniti*. Seu pai, Antonio F. *Zoromará*, trabalhava no seringal quando, em 1915, foi levado por Rondon para a estação “Utiariti”, agregando-se como tutelado da Comissão para os trabalhos das linhas telegráficas. Ele chegou a estudar no internato de “Utiariti”, na mesma turma de Maximiano *Zonoizô* e de Marciano *Zonoicê*, outro *Kaxíniti* das linhas que, em 1985 vivia em Vilhena. [18]

No seu relato de vida gravado em 1985, *Zoromará* contou sua saga, a sua árdua e solitária luta para manter-se com sua família em “Parecis” que é, como já foi dito, uma parcela absolutamente mínima do que era o território *Kaxíniti*. Sua esposa Djanira fez longos relatos acerca dos índios e das aldeias dali, de antigamente, das lembranças de sua mãe, da memória das doenças, como a varíola, a gripe, o sarampo, que atacavam os Paresi. O pai de Djanira era Cezário Freire *Xinamazaré*, outro fiel auxiliar de Rondon, que tinha uma aldeia antiga em *Sakuriu winã*, na Ponte de Pedra. Exatamente onde Rondon construiu a estação, com o mesmo nome.

Zoromará era enfático nos seus relatos ao apontar os anos 70 como o início do recrudescimento das invasões, que atingiram a própria área de 3.600 hectares demarcada por Rondon em 1908, para a sede da antiga estação.

Em 1973, alguns anos antes da implantação do programa governamental Polocentro, para financiamento da exploração dos cerrados (já referido anteriormente), João **Zoromará** conseguiu uma verdadeira façanha: teve uma audiência com o presidente da República, fartamente documentada com fotos e reportagens de jornal. Era a inauguração de um busto do Marechal Rondon no prédio do Ministério das Comunicações, juntamente com o presidente Emílio G. Médice e os outros índios Marciano **Zonoicê** e Maximiano **Enoré**.

Nas suas próprias palavras:

*“- Veio o Ubatuba Filho, de Brasília, com autorização do presidente da República. Era Garrastazu Médice, naquele tempo, em 73. O presidente autorizou o ministro Caetano Corsetti, que mandasse procurar aqui, na região, três telegrafistas aposentados, que ainda tivessem força, que tivessem trabalhado com Rondon. Naquele tempo, nós já éramos aposentados. Aí, o cicerone veio. Foi diretamente pra Vilhena, pegou Marciano, e chegou aqui no dia 20 de abril, me pegou aqui. Chegou aqui e disse: **Zoromará**, venha aqui, o senhor está intimado a ir pra Brasília e vamos imediatamente, que nós temos pressa. Ele vinha com o diretor do Correio de Cuiabá. Aí, aprontamos e seguimos, fomos pra Cuiabá. Dia 25, às cinco horas, partimos para Brasília, num avião da Vasp.*

Chegamos em Brasília era, seguramente, dez horas da noite. Fomos pro hotel, Imperial Hotel, assistimos [ficamos] lá nesse. Amanheceu, quando foi nove horas, apresentamos pro ministro, lá no Ministério das Comunicações e, lá tivemos audiência com ele, e tal... Lá estivemos [nos dias]26, 27, 28, 29, 30 ... Quando foi no dia 5 de maio [aniversário de Rondon e dia nacional das comunicações], foi a festividade. A inauguração do novo prédio e o descerramento do busto de Rondon...

O presidente Médice foi assistir nós lá no Ministério e disse: o que os índios precisarem, pode atender. O que eles quiserem. Então, foi a ocasião que eu pedi a área de terra [da estação “Parecis”], o Marciano pediu também em Vilhena e o Maximiano pediu uma casa em Brasília, ele queria educar os filhos, mas não teve oportunidade.

Zoromará referia-se, obviamente, à área de 3.600 ha que compõe o terreno da estação. Na mesma ocasião, ele foi encaminhado ao general Bandeira de Mello, que era o presidente da então recém criada Funai, que substituíra o antigo SPI.

Nas suas próprias palavras:

“- Quando eu falei com o general Bandeira de Mello, ele falou que não tinha conhecimento dessa área. Eu falei: seu general, existe essa área, de 3.600 hectares, demarcada, tem os quatro marcos lá! Ele falou: não temos conhecimento. Eu falei: pois existe, pois o senhor não manda gente percorrer [19]... como é que vai... fica desconhecido mesmo! E tem muitas coisas desconhecidas porque o senhor, como autoridade, não manda os assessores fazerem uma inspeção [20], uma percorrida! Ele falou: o senhor garante, com verdade, que existe? Eu digo: o índio não mente, o índio só fala o que é pura verdade! Ele falou: eu vou acreditar em sua palavra.

Bandeira de Mello encaminhou **Zoromará** para “um coronel de Cuiabá”, que trabalhava no Incra. O general determinou ao coronel que fosse a Vilhena e a “Parecis”, para regularizar a terra:

“- Eles têm autoridade de escolher o lugar que eles quiserem... são donos da terra. E com os papéis, tudo bem feito, não vão cobrar nada deles. Pega os papéis, põe no envelope, entrega. É o documento deles.”

(Foto do Presidente Médice com João **Zoromará** e Maximiano **Enoré**)

Zoromará voltou a “Parecis”, aguardando confiante as providências do Incra de Mato Grosso. A sua formação nos internatos da Comissão o fazia uma pessoa extremamente respeitadora das “autoridades da nação”. É indescritível o orgulho e ao mesmo tempo a decepção que sentia ao fazer seus relatos sobre a sua situação: afinal, ele tinha conhecido o presidente da República, que havia se comprometido pessoalmente a concretizar a sua reivindicação.

“- E ficamos naquela: a autoridade... a autoridade autorizou a outra autoridade, pra fazer aquilo. Aí, tô na mente que eles vão organizar. Espera, espera, espera e nada.

E os homens invadindo.

Aí, então, eu fui a Diamantino. Digo: eu vou requerer 100 ha [o módulo rural mínimo], porque já fica mais seguro, não é? Porque já estando requerido, ninguém tem autoridade, autonomia de ir chegando e entrando nela.

Aí, então, eu fui e falei com o Jurandir, daqui do Incra de Diamantino. Ele foi muito pronto, falou: seu João, eu tô ocupado, não posso atender o senhor agora, mas vou mandar chamar um advogado que tem aí, entrego o senhor para ele, o senhor vai conversar com ele. Aí, chamou o advogado, o assessor dele, e me entregou. Fomos pro gabinete e lá eu expliquei tudinho. Aí, mandou assinar lá papel: então, o senhor assina aqui, depois o senhor vem procurar...”

Perguntei, imediatamente, se ele tinha assinado um papel em branco.

“- É. Em papel em branco, pra depois ele bater à máquina...”

A situação se agravou ainda mais, dois anos depois da ida de João **Zoromará** a Brasília, quando já era presidente da Funai o general Ismath de Oliveira. Foi ele quem assinou uma “certidão negativa” (a pedido de um tal Francisco Soto Moreno), atestando a não presença de qualquer grupo indígena nas coordenadas geográficas de “Parecis”.

Em 1977, para denunciar a invasão e reivindicar mais uma vez a intervenção da Funai, **Zoromará** escreveu uma carta, assinada por sua filha, Djair **Zoromará**, ao delegado da 5ª Delegacia Regional da Funai, em Cuiabá. A partir dessa carta, Djair **Zoromará** passou a participar ativamente da reivindicação do pai, abrindo na Funai o processo nº 4995, de 1977.

Em 30 de novembro de 1977, o então delegado da Funai em Cuiabá, coronel Rubens Pinho de Castro Silva encaminhou de volta a solicitação de Djair, “esclarecendo” que as pessoas que ela (seu pai) apontava como invasores “havia declarado que já ocupavam as terras quando os índios chegaram” (!).

Eis a carta, na íntegra, com as inconfundíveis características peculiares da escrita de **Zoromará** e de vários outros dos meus informantes:

“Parecis, MT, 9.11.77.

Fundação Nacional do Índio - 5ª Delegacia Regional

Cuiabá - MT.

A oportunidade que se me oferece momento atual aproveito dada ocasião para redigir a V. S. comunicando que, com excessão de Ademir José Bassan, que está ausente [ausente em “Parecis”] mas todavia foi entregue ao seu mordomo [empregado] o ofício nº 478/15/09/77.

*Tendo os demais como José Janott Filho, **Geraldo Cosme de Freitas**, Antonio dos Santos Catarino, **Sebastião de Assis**, respectivamente ambos [todos], ofícios do próprio número da [do] precedente foram entregues aos últimos destinatários em 19/09/77.*

Invasores relapsos trazem a impressão de que não temem a lei do País, tanto quanto determinação de autoridade. Continuam com despotismo ditatorial e rasgando as terras sem sobrestamento.

Solicito vossas necessárias providências no sentido de ser reivindicada a área de terras que naquele Brasil de 1910 fora doada pelo Marechal Rodon aos índios Parecis quando de passagem por aqui rumando com destino a Rondônia.

Certo de contar com dinâmicos esforços de V. S. aguardo resultado favorável no caso.

Atenciosamente,

Djair Zoromará.”

Este é um documento precioso no sentido de avaliar os esforços de socialização e formação educacional de **Zoromará** no internato da Comissão. Com uma letra firme, que contrasta com a letra insegura da assinatura de sua filha, **Zoromará** exibiu uma comunicação com características telegráficas, com o uso indevido de certos termos e procedimentos próprios do serviço público, como a referência ao “ofício”, que ele mesmo numerou e enviou aos invasores. Isso mostra que, apesar de dominar a escrita, ele tinha um domínio superficial dos códigos da nossa sociedade.

Suas expressões denotam reverência e respeito absoluto à autoridade, bastante característico da sua experiência de interno da Comissão, que se repete muito nos relatos de outros informantes.

Em primeiro lugar, ele denunciou pessoas “que não temem a lei do país” e tampouco determinação de autoridade, pessoas que sem “sobrestamento”, rasgam a terra “de forma despótica”, tirânica, opressiva, ditatorial. É clara a relação entre esse seu discurso e o fato gerado pela sua ida a Brasília. Esse era o seu referente. Ele ainda tinha a palavra do presidente da República, general Emílio Médice, e do presidente da Funai, general Bandeira de Mello, autoridades máximas e inquestionáveis no caso.

De fato, ele tinha razão para isso. Afinal, os invasores entraram em uma área da União, que havia sido administrada pelo Exército Nacional, que teve como seu comandante o Marechal Rondon. E isso, realmente, não era pouco.

No que se refere à convicção do seu direito à área da estação, ele a expressou através da afirmação de que Rondon teria “doado” aquelas terras aos Paresi, quando “passou” rumo a Rondônia, “naquele Brasil de 1910”. É óbvio que o Marechal Rondon não tinha o poder pessoal de “doar” aquelas terras a ninguém, como é óbvio que ele próprio reconheceu que os Paresi eram historicamente os seus legítimos donos.

No entanto, esse inocente equívoco de expressão de **Zoromará** foi o pretexto para que a 5ª DR da Funai, incapaz de compreender o sentido daquelas palavras, partisse resoluto em busca da comprovação da “doação”, que de fato jamais existiu. Em uma “pesquisa” encomendada por aquela delegacia, o diretor da Missão Anchieta - com sede em Diamantino e atuação missionária junto aos **Kozárinis** - Dom Henrique Froehlich informou à Funai, em 20 de julho de 1978, que não encontrara a “doação”, se perguntando se **Zoromará** não estaria “confundindo pertencas”, alegando como seu o que era da linha telegráfica, ou então, patrimônio público (!). O bispo, em um arroubo de bondade e colocando em dúvida a indianidade de **Zoromará**, sugeriu a via da posse por uso capião, uma vez que um irmão jesuíta (Antonio Mallman) havia conhecido **Zoromará** ainda moço, em 1935, trabalhando nas linhas e manejando o morse em “Parecis”!

Em Cuiabá, o único funcionário da Funai a se mobilizar para cumprir com a expectativa da família **Zoromará**, foi o técnico indigenista Reginaldo Flores que, ainda em 1978, fez uma viagem a “Parecis” e constatou que na área dos 3.600 ha havia a invasão de posseiros e partes de fazendas, estas supostamente com documentação do Incra e com projeto de agricultura financiados pelo governo. Em seu relatório, ele afirma ter confirmado pessoalmente a existência dos marcos da demarcação da antiga estação:

“Existem marcos delimitando a área reclamada pelos índios, alcançamos dois marcos dentro das terras da fazenda Margarete, sendo que um deles foi arrancado por pessoal da fazenda, conforme informação do próprio gerente. É evidente que foi retirado recentemente. O outro marco está no lugar. É de aroeira, muito velho, aparentando ter no mínimo uns 50 anos [na verdade, mais de 70]. Tem uns 2 m. de altura por uns 0.25 m de circunferência, com a palavra “Pareci” na vertical, bem grande e visível, escrita a fogo de cima para baixo.”

Depois da ida de Reginaldo Flores, outras equipes estiveram lá, no mesmo ano. Eram funcionários do Incra, da Funai e até mesmo um comandante do 9º BEC - cujo nome, infelizmente,

Zoromará não soube precisar - acompanhado por um cabo e um escriturário da corporação. Não se tem notícia de qualquer relatório seu sobre a questão, apesar de “Parecis” ter abrigado um batalhão, que chegou a ter ali um posto de fiscalização.

Apesar do relatório de Flores, nada de novo aconteceu no que se refere a qualquer atitude da Funai em defesa dos índios. Em Brasília, o processo 49995/77 navegou pelas gavetas do DGPC, DGI, DGO, devido à falta de um antropólogo disponível para o caso. O assistente do diretor do DGPC, antropólogo Rafael Bastos, foi quem, no seu parecer, insistiu na necessidade da pesquisa e de um trabalho de medição, posicionando-se favoravelmente ao encaminhamento da reivindicação dos índios. Diante da estranha insistência do argumento da 5ª DR, de que João **Zoromará** não estaria sendo reconhecido como Paresi nas outras áreas indígenas (em sua maioria **Kozáriti**), Bastos alertou que isso poderia ser duvidoso e era, de fato, irrelevante.

Em outubro de 1985, o então delegado da 5ª DR, Odenir de Oliveira, solicitou ao seu assessor, Idevar Sardinha (depois superintendente em Cuiabá), que verificasse “in loco” a situação fundiária dos Paresi de “Parecis” e apresentasse um relatório, propondo a solução definitiva ao DPI (Departamento do Patrimônio Indígena). O assessor Sardinha concluiu que “houve omissão do órgão tutor”. Ele constatou que ali havia uma população de 28 índios, que viviam de suas roças coletivas e, ironicamente, da venda de sua força de trabalho aos invasores das terras situadas dentro dos 3.600 ha demarcados por Rondon. Para ele, era um caso de “genocídio de um grupo, que tantos serviços prestou aos trabalhos pioneiros de abertura de linhas telegráficas na Comissão Rondon”.

Um ano depois do relatório de Sardinha, em dezembro de 1996, mais um grupo de trabalho da Funai chegou à estação “Parecis”. Dele participou a antropóloga Romana Costa (cujo relatório encontra-se entre os documentos do processo), doutoranda do Museu Nacional (RJ) e especialista em sociedade Paresi. Ela já encontrou João **Zoromará** cansado e humilhado.

“O descrédito do grupo indígena em relação à atuação da Fundação Nacional do Índio ficou patente na forma como reagiu seu chefe, o Sr. João Zoromará, ao ser notificado da incumbência do GT de realizar um levantamento da situação atual da população indígena e do seu território, objetivando encaminhar uma proposta para a demarcação da área.”

Segundo Romana Costa, o coordenador do GT (assessor da superintendência da Funai) e o técnico agrimensor, exorbitando de suas funções (de identificação e delimitação), propuseram a **Zoromará**, simplesmente, a transformação de “Parecis” em uma área indígena de 100 ha, aumentada depois para 200 ha (!). Diante das evidências, a antropóloga separou-se da equipe e fez seu próprio relatório, ponderando pela necessidade de um levantamento, em Diamantino, da cadeia dominial dos títulos que incidiam sobre a área, com o propósito de legalizar os 3.600 ha demarcados pela Comissão Rondon. Se o argumento da ocupação secular do território não fosse suficiente, disse ainda, o seria o argumento dos serviços prestados ao país, com a operação do telégrafo que, por décadas, foi o único meio de comunicação do sertão mato-grossense.

João **Zoromará** morreu em 1992, provavelmente por problemas cardíacos, aos 82 anos, tendo sido enterrado em Diamantino..

Dois anos antes da sua morte, em 1990, a Funai expediu uma portaria administrativa (nº 574), interditando uma área de 300 ha para os **Kaxiníti**. Essa interdição foi considerada ofensiva pelos índios, por corresponder a menos de 10% da área reivindicada junto à Funai durante quase 20 anos.

O processo nº 49995/77 extraviou-se durante a gestão do superintendente Sardinha. Em seu lugar, foi aberto o processo 2095/87, quando então a estação “Parecis” passou a ser chamada “**Estação Rondon**”! A postura dos funcionários da Funai em Cuiabá foi agressiva e desrespeitosa: mudaram o nome

da antiga estação, desfigurando a reivindicação dos índios! A área da estação “Parecis” passou a ser chamada “Área Indígena Estação Rondon”, só retornando ao seu nome antigo em 1994.

Mesmo assim, apesar de irrisória, os invasores ignoraram a interdição da Funai. Encravados nos 300 ha, **Sebastião de Assis** e **Ozenir de Araújo** (que era, na época, um vereador de Arenápolis), ancorados na “certidão negativa” emitida pelo general Ismarth, derrubaram a roça dos índios para plantar soja (com financiamento do Banco do Brasil). Eles chegaram a bloquear o acesso e a poluir a água do córrego Cágado (o **Wazuliatiá**). Isolados nas casas em ruínas da sede da antiga estação, os índios foram obrigados a depender da água canalizada e cedida “generosamente” pela outra fazenda invasora, a fazenda Ovetril, situada em frente à área interdita.

Tal situação degenerou-se a tal ponto que resultou em conflito aberto, de consequências imprevisíveis. Djair **Zoromará** e seus irmãos Ariovaldo e João Batista **Zoromará** buscaram o apoio dos Parezi **Kozárini**, que prontamente foram em socorro dos parentes **halíti**. Qualquer etnólogo saberia que os vínculos étnicos falariam mais alto, mais forte, era de se prever. Em pouco tempo, centenas de **Kozárini** chegaram a “Parecis”, mobilizados para a “guerra”, que resultou no aprisionamento, entre os dias 4 e 9 de fevereiro de 1993, de um total de 14 reféns, que ficaram reclusos nas ruínas da estação, dentre eles o vereador **Ozenir de Araújo** e **Sebastião de Assis**.

Os **Kozárini**, na sua fama histórica de guerreiros e “bravos” Parezi, tomaram a frente das decisões, com a participação dos **Kaxínti** de “Parecis”. De certa forma, pode-se dizer que estes, ao buscarem o apoio de seus parentes, perderam temporariamente o controle da situação. Eles jamais apresentaram uma atitude bélica em relação aos seus invasores, até pela sua formação, pela sua história particular desde os tempos de Rondon. Os **Kozárini**, ao contrário - conhecidos como os antigos **Kabixi** - ainda entraram em contato por rádio com os índios Xavante do Posto Indígena Marechal Rondon, que chegaram a se preparar para viajar a “Parecis”. Exigiam o respeito à reivindicação dos **Kaxínti**: a demarcação dos 3.600 ha da estação.

O conflito durou cinco dias, até a chegada da imprensa e da polícia federal, que libertou os reféns. A Polícia Federal foi chamada por eles para protegê-los contra as polícias civil e militar que, segundo o relatório do administrador Moacir Santos, ameaçavam invadir a área. O presidente da Funai, através de contatos telefônicos, comprometeu-se a criar imediatamente um novo GT para encaminhar de forma definitiva, a solução do problema.

Para ser libertado, o vereador Ozenir de Araújo assinou uma declaração manuscrita (certamente sem valor legal) onde abria mão da suposta propriedade e concedia aos índios 50% da sua produção de soja, plantada dentro dos 300 ha interditados. O gerente da fazenda Boa Sorte foi libertado graças ao apelo de sua esposa, que propôs aos índios sua troca por maquinários da fazenda.

Tal era a situação, quando o GT criado pela Portaria 308/93 chegou à região, em pesquisa de campo para produzir o **Relatório de Identificação e Delimitação da A.I. Estação Parecis**, reconhecendo os 3.600 ha reivindicados pelos índios.

A reprodução a seguir, mostra as diferentes situações delineadas a partir dos trabalhos dos GTs.

ver :64 JF 98

A área de 300 ha interdita é a de cor laranja, sendo a de cor verde incidente sobre os 300 ha, na qual foi concedida uma liminar de reintegração de posse. A área em amarelo é a totalidade da área indígena de aproximadamente 3.600 ha, correspondente ao terreno da antiga estação telegráfica, reconhecida pelo GT de 1993.

É provável que na definição da área de 300 ha pelo GT de 1986 tenha sido levado em conta um fato importante: o cemitério da antiga estação ficou fora dos 3.600 ha, dentro da área reivindicada por Sebastião de Assis. O cemitério da estação não era necessariamente o cemitério indígena, pois sabemos que os Paresi tradicionalmente enterram seus mortos dentro de casa, mudando-se quando ali estão enterrados já alguns dos seus entes.

Mas é no cemitério da estação que estão enterrados alguns Paresi do tempo das linhas, como Antonio Bruno *Kanazuê* (telegrafista formado no Rio de Janeiro). Sua viúva, Clarice *Kanazuê*, ainda vive, aos 78 anos, em Cuiabá, e desconhece o que se passa com os restos mortais do seu marido.

Os índios da estação reivindicam que o cemitério seja considerado patrimônio nacional e seja recuperado como tal, dando o mesmo valor que é dado ao túmulo do Marechal Rondon no Rio de Janeiro.

O GT de 1993 identificou e delimitou os 3.620 ha da Estação Parecis, sendo o agrimensor responsável o funcionário da Funai Orison Leite Ramalho. Trabalhando junto com os índios na localização dos antigos marcos, ele delimitou o seguinte perímetro para a área (sobre carta do IBGE, nomenclatura SD-21-Z-A-I; escala 1:100 000, 1976):

“NORTE: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas $14^{\circ} 06' 31,452''$ S e $56^{\circ} 57' 05,704''$ WGr, na confrontação com terras de Carlos Alberto Bedin e Adelino Simões de Carvalho Filho; daí segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de $88^{\circ} 29' 06''$ e 5.976,09 metros, até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas $14^{\circ} 06' 26,246''$ S e $56^{\circ} 53' 46,462''$ WGr., na confrontação com terras de Valdecir Emerick e Armando Simões de Carvalho Filho.

LESTE: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de $173^{\circ} 10' 48''$ e 4.431,71 metros, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas $14^{\circ} 08' 49,472''$ S e $56^{\circ} 53' 28,843''$ WGr., na margem esquerda da estrada antiga, no sentido Diamantino, na confrontação com terras de Valdecir Emerick, daí segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de $171^{\circ} 53' 51''$ e 1.629,92, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas $14^{\circ} 09' 41,994''$ S e $56^{\circ} 53' 21,154''$ WGr., na confrontação com terras de Roberto Carlos Braga.

SUL: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de $268^{\circ} 17' 27''$ e 6.235,77 metros, até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas $14^{\circ} 09' 48,119''$ S e $56^{\circ} 56' 49,082''$ WGr.

OESTE: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de $355^{\circ} 17' 51''$ e 6.062,41 metros, confrontando com terras de Ozenir de Araújo, Valdir Almeida e Carlos Alberto Bedin, até o ponto 01, início da descrição deste perímetro.”

1

Em seu **levantamento fundiário** na terra indígena, o mesmo GT cadastrou os 9 (nove) ocupantes não-indígenas, com **benfeitorias** “passíveis” de indenização. Os únicos que não permitiram o levantamento foram Juvenal Capeletto e seus arrendatários.

A socióloga Luciene Moraes de Oliveira, coordenadora do GT, registrou em seu relatório que Juvenal Capeletto havia usado de “argumentos para denegrir a imagem dos Paresi” e teria afirmado “ter recebido informações seguras de uma pessoa de Brasília de que aquelas terras [da Estação Parecis] não corriam o risco de ser incluídas na proposta de identificação e delimitação da A.I. Estação Parecis” (:90).

Embora identificado como “posseiro”, Juvenal Capeletto é, segundo os índios, um grileiro, tendo se apropriado de terras que legalmente estão no nome de Roberto Carlos Braga, o famoso cantor Roberto Carlos.

O quadro com todas as informações é reproduzido a seguir:

Relação dos Ocupantes	Área da propriedade	Área Inci-dente na T.I.	Situação da ocupação	Anos de Ocupação
1-Adelino Simões de Carvalho Fº.	886,3475 ha	Total	Proprietário	09
2-Armando Simões de Carvalho	1.411,7621 ha	Total	Proprietário	10
3-Carlos Alberto Bedin	2.522,0000 ha	42 ha	Proprietário	09
4-Grupo Capeletto	5.900,0000 ha	860 ha	Posseiro	s/dados
Arrendatários:				
Ovetril Comércio e Exportação				
Adelino S. de Carvalho Fº.				
Edgar Robson Franco				
Durval Alves de Moraes				
Ari Resina				
5-Valdir Almeida	1.574,045 ha	726,13 ha	Proprietário	08
6-Waldeci Emerick		264 ha	Proprietário	08
7-Ozenir Araújo	157,387 ha	Total	Proprietário	01
8-Leandro Pedrolho de Assis	157,000 ha	Total	Proprietário	02
9-Lavrofertil Produtos de Lavoura	09 ha	Total	Proprietário	07

Fonte: Relatório do GT PP 308/93 – A. I. Estação Parecis

Os supostos proprietários da Estação Parecis são personagens de um verdadeiro emaranhado, verdadeiras teias de relações construídas a partir das primeiras invasões, nos anos 50. São teias que dificultam a compreensão clara de todo o processo e de todos os “pedaços” que foram sendo tomados da área original de 3.600 ha da antiga estação. No cenário desse drama está sempre alguém que invadiu, que registrou ou não no cartório, que vendeu para alguém, que por sua vez desmembrou e vendeu para outro, ou para vários outros, arrendou, ou mesmo alguém que grilou a terra de um outro suposto alguém e, por fim, alguém que até mesmo mudou rios de lugar (!). Não é difícil calcular o efeito de tudo isso no cotidiano vivenciado pelos índios, que de tempos em tempos têm que atualizar a sua galeria de invasores, com nomes nunca antes conhecidos.

A seguir, reproduzo uma gravação com João Batista **Zoromará**, Djair **Zoromará** e Laudelino **Enoré**, realizada na pesquisa de campo para a perícia judicial, em maio de 1998, na ação de “reintegração de posse” de Sebastião de Assis, Ozenir de Araújo e Joana Maria Petek Donato:

“Pesq.: Então, eu pergunto [primeiramente] para o senhor, se o senhor saberia onde seria correspondente à terra que **Joana Maria Petek Donato** teria aqui.

BJZ: “- *Justamente, essa pessoa... no processo [nos documentos do processo], que veio contra nós, sempre apareceu só **Sebastião de Assis e Ozenir de Araújo**. Essa pessoa nunca teve um processo que viesse contra nós aqui, não. Não vem [nem] de **Ozenir**, só de **Sebastião de Assis** e a **Elaine**, que é esposa do **Sebastião de Assis**.”*

O **José Cosme Filho** [irmão de **Geraldo Cosme de Freitas**], era encarregado do barracão de **Otávio Costa** [no rio do Sangue, não em Parecis]. Então, na ocasião que o **Otávio Costa** ia vender as terras... **Otávio Costa** juntou e comprou todos os direitos de posse dos funcionários que trabalhavam com ele.

*E justamente... o **Geraldo Cosme de Freitas**, nunca ouvi falar que ele era funcionário da empresa [de Otávio Costa, que tinha seu “aviador” no Rio de Janeiro]. Da empresa do Rio de Janeiro.*

*E daí, o **José Cosme Filho** foi embora pra Rosário Oeste e aí o **Geraldo Cosme** se apossou, ele vendia... começou a requerer. Que ele requereu 800 ha e foi vendendo justamente para muitas pessoas.”*

DJ. : - “**Geraldo Cosme** nunca foi funcionário de **Otávio Costa** [em Parecis]. Foi o irmão dele, **José Cosme Filho**, que trabalhou com ele.

Pesq.: Esse que tem o apelido de Cazuza?

“- *É. De Cazuza. Ele [Geraldo Cosme] foi e vendeu a posse dele, que fez os documentos. Aí, ele ficou jogado aí, sem... Aí, ainda até seu Cazuza falou pra mim: eu vou deixar o **Geraldo** aí, se virando, porque ele não tem onde ficar. Aí, ele ficou aí. Foi estudando o caso, já tinha requerido essas áreas todinhas e vendido. Nos últimos casos que ele já tinha vendido, ele sabendo que existia essa área, essa demarcação de Rondon, ele já sabia muito bem.*

Aí, quando foi um dia de manhã, ele chegou e falou pra mim: Djair, eu tô até com vergonha de falar com você um assunto muito sério. Falei: uai, você pode dispor... Ele falou assim pra mim: eu quero que você desocupe esta casa, que é ali da estação Rondon [em ruínas e já não habitada]. Você desocupa aqui, porque aqui eu fiz um requerimento [no Inkra], que eu trabalhei tanto e não tive direito de nada... Eu requeri esse pedaço de 150 ha, eu vou ficar com esse pedaço, porque eu não sou tão doido de trabalhar tanto pra esse povo [seringalista] e ficar sem nada...

*Aí, eu fui e respondi pra ele: olha **Geraldo**, eu tô nesta idade e você também, pense bem. Porque eu, se tô morando aqui dentro dessa casa aqui é porque eu tenho algum respeito nela. Que a casa aqui é do governo, recebi aqui pelos chefes do Correio, que tô aqui dentro dela...Aí, ele falou: tá aqui os documentos, falou pra mim. [Falei:] Não me interessa documento, que eu não sou advogado, eu não sou nada, eu não vou resolver nada. Esse é caso que nós tem que entrar na justiça.*

Aí, ele saiu. Então, ele falou: então, vocês ficam sabendo que eu vou cercar aqui na frente. Ele ia cercar a frente da casa...

*Ele vendeu pra muitos aí. Os outros sabiam [quando os compradores ficavam sabendo], caíam fora dele. Aí, veio o **Sebastião** e comprou.”*

Pesq.: E essa área de 157 ha que **Geraldo Cosme de Freitas** vendeu para **Leandro Pedrolho de Assis**?

JBZ: “- *Vendeu para o Leandro Pedrolho, fica na divisa com o Zé Ruela, onde o Geraldo Cosme já tinha vendido essa parte. Daí, ele vendeu [para Leandro Pedrolho de Assis, filho menor de Sebastião de Assis]*

Pesq.: Fica dentro da área da estação?

Fica. Na que foi requerida pela Romana [a antropóloga Romana Costa, que fez parte do GT de identificação e delimitação dos 300 ha, referente à portaria de 1990]. Tá dentro. E o do Ozenir de Araújo, que se encontra na área que foi localizada [demarcada em dezembro de 1997] nos 3.600 ha.”

Pesq.: Mas e daí? Vocês falaram: não, nós queremos os 3.600 ha...

“- E daí... nós tivemos muita proposta que... no tempo... nós não mexia, não [por] que justamente, nós respeitava muito nosso pai, porque o que ele fazia, nós não podia desmanchar. Que [era] ele que mandava, né... Então, ele já cansado de lutar com a Funai, de [para] requerer os 3.600 ha, ele foi em Diamantino [no Incra] requerer 50 ha. Aí, o chefe do Incra falou que ele ia aumentar pra 100.

Daí, nessa época, a Romana esteve aqui. Meu pai falou com ela, ela perguntou se ele estaria de acordo de pegar os 300 ha. E ele falou que estava bom. Mas nós não aceitamos isso não, porque é do conhecimento que essa terra é demarcada, então nós não poderia aceitar só isso. E depois daí, ficou como esse bem estar [?]. A Funai fez essas coisas, veio todos os documentos avisando, Incra avisando, os cartórios... Então [o encaminhamento] ficou parado [porque houve a discordância]. Justamente ficou parado...e daí, os fazendeiros continuaram trabalhando, e nós já enjoado [cansados], eles fazendo... imprensando nós só nos 10 ha. Nós tivemos que reagir.”

Pesq.: [E essa área que o advogado diz que]Foi adquirida em 1902, juntamente com outras áreas, pela empresa **Almeida & Cia**, de **Paulo Harms** e sua mulher, **Inês Harms**, que detinham o domínio da área há muito tempo? [O advogado] Fala isso.

“- Não. Justamente... nesse tempo, não... essa [s] pessoa [s] aí, não consta... [por] que em 1952 veio uma medição, quando eles [os medidores] saíam dentro do marco [da antiga estação, feito pela Comissão Rondon, eles pararam a medição, eles respeitaram esse marco, eles respeitam essa área. Mas... não sei se essas pessoas quiseram essa terra.

Pesq.: Aí, [o advogado] fala que em 1952, **Geraldo Cosme de Freitas** chegou em “Parecis”, para trabalhar no seringal de **Otávio Costa**, *que era procurador da firma Almeida & Cia.*

“- Quando o Geraldo chegou em 1952, ele não ficou aqui dentro de Parecis. Justamente, o Otávio Costa... era uma empresa [um seringal] no Rio do Sangue, o Geraldo Cosme de Freitas foi diretamente para lá, depois que ele veio para cá, quando terminou, que não existia mais essa firma.”

Pesq.: Dona “Fia” [Djair **Zoromará**], eu tenho aqui um mapa da delimitação da área da estação, feita em 93 pelo **Orisson** [o agrimensor da Funai de Brasília], que tem aqui no lado [no limite] leste **Valdemir Emerick** [um dos contemplados com a discriminatória do Incra sobre a antiga “gleba Caetano Dias”] . **Valdemir Emerick** tá dentro da estação?

DJ.: “- *Tá sim. O Valdemir Emerick tá [dentro] 226 ha.*

Pesq.: Dentro [dentro da área de 3.600 ha] da estação?

“- *Dentro da estação [dentro da área de 3.600 ha da estação].*”

Pesq.: Depois, lá em cima [no mapa de delimitação, nos limites] tem **Adelino Simões** e **Armando Simões de Carvalho**.

“- *Tá tudo dentro da área. Na base de 2.000 ha.*

Pesq.: Depois, tem **Valdir de Almeida**...

“- *Tá dentro da área.*

Pesq.: Quanto, mais ou menos?

JBZ: “- *Dá 700 e... Eu tenho tudo marcado: dá 728 [ha].*”

Pesq.: E ainda mais pra cá [do outro lado da estrada]... tem o **Roberto Carlos!** [o **Roberto Carlos Braga**, o cantor].

“- *Roberto Carlos que... o Juvenal Capeletto, que ele acusa... que a terra é dele, né...*”

Pesq.: Como assim? O **Capeletto** tá brigando [disputando a terra] com o **Roberto Carlos**? Ou ele [**Capeletto**] comprou?

“- *Não, eles grilaram. O grileiro pegou a terra de Roberto Carlos {que parece ter comprado um título, que avança 800 ha na área de “Parecís”} e vendeu pra Pascoal Zanotta. E o Pascoal Zanotta vendeu pro Juvenal Capeletto. E os documentos se encontram em Diamantino. o nome da fazenda do Roberto Carlos é até “Barra Limpa” [nome de uma música antiga do cantor Roberto Carlos], que hoje é trocada por [Fazenda] Margarete. A Margarete, além disso, não é aqui. É na terra da Ás de Ouro [antigo território Paresi, onde havia vestígios de aldeias]. Trocaram o documento, pegaram o documento de lá e jogaram na terra de Roberto Carlos...*”

Pesq.: O **Roberto Carlos** também tem terra aqui ?

“- *Tem. Tá considerado nos documentos, ele paga todos os anos os impostos da terra.*”

E ainda quanto ao advogado dos fazendeiros, **Otto Sampaio**, um oficial do Exército:

DZ.: “- **O Otto Sampaio** era o comandante do 9º Batalhão. Comandava aqui em Parecis.

*Então, quando foi um dia, ele mandou um cabo. Eu tava verificando o carregador pra matar [formigas] no pomar. Aí, ele chegou pertinho e falou: dona “Fia”, o capitão **Otto** mandou avisar a senhora que não é mais pra senhora pôr a mão aqui no pomar, porque o pomar já pertence pra ele, nós que vamos comandar; porque todas construções que Rondon fez, foi passado, entregue pra ele. Então, a partir de agora, nós é que vamos zelar.*

Eu falei: olha, aqui tem que zelar, porque aqui nós zela na base do veneno [formicida]. Cuida[mos] do carregador todo dia, pra cuidar da plantação. Ele falou: não, a senhora pode desistir daqui, porque esse aí é ordem do capitão. Falei: tudo bem, então vamos ver.

Pesq.: Quem era o capitão?

“- **O Otto. O Otto.** Ele mandou um guarda, um cabo, que chamava **cabo Domício**. Falou pra mim que a partir daquele dia não era mais pra mim... A construção, tudo que existia do Marechal Rondon, já tinha sido passado pra ele.

Pesq.: Pra ele quem?

“- Pro capitão **Otto**. Foi entregue pra ele, ele [o **cabo Domício**] falou pra mim aí.

Pesq.: Quer dizer que ele [o advogado] era capitão do Exército? Era responsabilidade dele aqui, a estação?

“- É, ele falou, ele falou pra mim. Que não era mais pra mim cuidar lá, que ele recebeu toda a construção de Rondon. Que tudo era ele que mandava.

*Aí, com poucos dias, com 30 dias [30 dias depois], ele [o capitão **Otto Sampaio**] enchia um caminhão de Rosário Oeste, as famílias [de Rosário Oeste, arrebanhadas, de caminhão] veio aí, bateram no pomar que foi mesmo que uma praga...*

Pesq.: Mas quem que bateu? Que família que bateu?

“- **O Otto!** Ele trazia caminhões e caminhões das famílias que trabalhavam, dos trabalhadores. Tudo morava em Rosário Oeste. Ele enchia caminhão, vinha umas 30 famílias. Todo dia de sábado, eles bateram no pomar. Olha lá, não tem mais um pé. Esse tio **Laudelino** [**Enoré**] sabe, ele sabe que aqui era tudo laranja.

Pesq.: E então, seu **Laudelino**, ela tá falando do seu **Otto**, que era comandante do Batalhão...

LE.: “- Eu conheci muito ele.

Pesq.: Agora ele é advogado dos fazendeiros...

LE.: “- *Ele é um baixinho, [parece] japonês...*

DJ.: “*Ele saiu daqui, depois que ele foi estudar lá pros lados de Barra do Garça, que o Geraldo [Cosme] mesmo me falou... Que quando ele veio de lá, aí ele já era advogado...*”

JBZ.: “- *Quando o 9º BEC foi embora daqui de Parecis, eles levaram todos os pertences, menos uma escada, que eles deixaram para a comunidade...*”

Embora o GT de 1993, que identificou e delimitou a A.I. Estação Parecis, tenha feito o levantamento fundiário e das benfeitorias, com vistas a uma possível indenização, é importante levar em conta novamente o processo de delimitação e demarcação da chamada “Gleba Caetano Dias”, uma vez que a perícia antropológica judicial (processo nº 93.0000174 – 4) constatou nos dados do INCRA uma troca nos nomes dos ribeirões Cágado (ou **Wazuliatiá**) e o Chapéu ou Rocio, como pode ser comprovado nas reproduções (anexo). Como já foi relatado, há uma distância de aproximadamente 3 quilômetros entre a área da estação e a área delimitada na discriminatória judicial para a chamada “Gleba Caetano Dias”.

Ao que parece, pelos dados existentes, com exceção de Roberto Carlos Braga, todos os outros supostos proprietários têm de alguma forma um vínculo com a suposta “Gleba Caetano Dias”, através da invasão gerada pela troca dos nomes dos ribeirões. O que permitiria concluir que a situação se inverte: ao invés de ser indenizados deveriam, isto sim, ser obrigados a indenizar os índios, por todos os prejuízos e humilhações a eles causados.

CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Embora mais empobrecidos (sem recursos financeiros), os índios da estação estão conhecendo uma pequena melhora nas suas condições de vida. O prefeito de Nova Marilândia está propondo a eles uma parceria, com empréstimo de um pequeno capital para lavoura de produtos destinados ao mercado local, dentro dos 300 ha definidos pela Funai.

As fazendas dos invasores, com problemas de dívidas bancárias, já não apresentam mais o mesmo ritmo frenético de produção, observado nos anos 80 e 90, exibindo um certo abandono. Com menos movimento, com a diminuição da mão de obra na região, houve por exemplo um aumento da caça nas matas do **Wazuliatiá** (Cágado), melhorando a oferta de alimento para os índios.

Um outro dado significativo é o aumento da população na Estação Parecis, com o número de crianças e a migração para lá de dois **Kaxíniti**, antes isolados em outras áreas do antigo território ou trabalhando em fazendas. São dois irmãos mais novos de João Batista, Djair e Ariovaldo **Zoromará**, filhos de João **Zoromará** (o Paresi ex-telegrafista e chefe do grupo local).

Suas dificuldades maiores estão na saúde e eles reclamam da falta de apoio da Funai de Tangará da Serra. O filho mais novo de Valmireide **Zoromará** (filha de Djair **Zoromará**) teve tuberculose e eles fizeram dívidas na cidade para pagar o tratamento. Valmir Demétrio (filho de Djair) e seu tio João Batista **Zoromará** acusam a Funai de Tangará da Serra de não prestar assistência e de ficar com um veículo destinado a eles, para levar as crianças à escola. Eles criticam também a falta de representatividade das lideranças indígenas que não são moradores da Estação Parecis, mas que falam por eles no âmbito da Funai.

Quanto à pesquisa em documentação, a que foi realizada no INCRA de Diamantino confirmou os dados anteriores sobre a troca dos nomes dos ribeirões *Wazuliatiá* (Cágado) e Chapéu ou Rocio, que levou à invasão da área da estação. Este relatório tem no seu anexo cópias dos mapas do INCRA e do documento da Justiça Federal, apresentando a proposta de delimitação da chamada “Gleba Caetano Dias”, onde o ribeirão Rocio (Rócio, Chapéu) é o seu limite e não o ribeirão Cágado (ou *Wazuliatiá*), o que deixa livre a área da estação, distante cerca de três quilômetros dos limites da gleba.

Em Diamantino, nós indagamos sobre o técnico responsável (Severino Lima) mas tivemos a informação de que ele havia sido transferido para a sua terra de origem, o nordeste, tinha se aposentado e, inclusive, que já tinha morrido.

A pesquisa na documentação do INTERMAT em Cuiabá confirmou que o processo de regularização da fazenda de Juvenal Capeletto está suspenso, ou seja, ele não conseguiu regularizar sua parte na chamada “Fazenda Margareth”, assim como não conseguiram sua esposa, Marlucci Tafelli Capeletto, seu filho Vagner Capeletto e seu genro Roger Augusto Rodrigues, técnico credenciado do INTERMAT e ao mesmo tempo interessado, quando da abertura do seu processo de regularização, em 1993. Em todos os processos (12.081-2/12.082-0/12.083-9/12.084-7, de 1993) há uma intervenção da Funai (DAF), de 03 de maio de 1993, solicitando a sua suspensão por incidir sobre área indígena, condição em que permanece até hoje.

Há também no arquivo mais antigo do INTERMAT dois processos, com entrada no mesmo dia, 16 de dezembro de 1955, requerendo a compra de 7.000 ha de “terras devolutas” em um mesmo lugar denominado “Furna do Almeida”, com os mesmos limites, que parecem incluir parte da área da Estação Parecis. Um deles em nome de José Cosme Filho e o outro no de Gercy Corrêa Galvão (que era na época um motorista, residente em Cuiabá, segundo seus próprios dados). O último despacho nos dois processos foi do diretor do Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso mandando expedir os dois títulos definitivos de propriedade (!). A área da tal “Furna do Almeida” já tinha saltado de 7.000 ha para 9.998 ha.

De um modo geral, mesmo considerando todos os problemas decorrentes da justaposição de títulos, de posses, a diferença entre a “Gleba Caetano Dias” delimitada e a demarcada, a atuação questionável tanto do INCRA quanto do INTERMAT, para não dizer da própria Funai (que forneceu certidão negativa, favorecendo a invasão), é possível afirmar que a resistência dos índios, sua determinação em lutar pela Estação Parecis, tem aumentado, tornando os laços étnicos cada vez mais fortes, mais consolidados.

Parecis é considerada pelos Paresi *Kaxíniti* como suficiente para sua sobrevivência física e seu fortalecimento, seu renascimento cultural. Consideram também que a recuperação e o tombamento da antiga estação telegráfica construída pelo Marechal Rondon é, no mínimo, também uma obrigação que se impõe a Mato Grosso e ao Brasil.

O GT criado pela Portaria nº 527, de 21 de junho de 2000, realizou o trabalho complementar de identificação e delimitação da T. I. Estação Parecis, fazendo em campo a verificação, junto com os índios, de todos os marcos da área demarcada pela Funai em dezembro de 1997, de 3.713,8694 ha (24.431,33 metros), com base na Portaria Declaratória nº 666, de 01 de novembro de 1996.

ANEXOS

Lista dos Anexos:

- 01 – Fotos da pesquisa de campo do GT Port. Funai nº 527, de 21 de junho de 2000.
- 02 – Cópia da reportagem do “Diário de Cuiabá” (18 mai 2000) sobre a internação de Djair **Zoromará** no Pronto Socorro Municipal de Cuiabá.
- 03 – Rios do antigo território dos índios Paresi, na língua e em português.
- 04 – As áreas Paresi sob administração da Funai, incluindo a A. I. Estação Parecis.
- 05 – Reprodução da “Carta Etnográfica da Rondônia segundo os trabalhos do Professor Roquette-Pinto e da Comissão Rondon” (RJ, 1934), com a localização da Estação Parecis no território tradicional Paresi.
- 06 – Carta de Mato Grosso, de 1952, onde estão localizadas as estações telegráficas e o território dos índios Paresi, com a denominação dos rios na língua e a localização das antigas taperas. Escala 1:1.000.000, Ministério da Guerra/Estado Maior do Exército, executada pelo então General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon, sob direção executiva do General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. Fonte: Centro de Documentação da Funai (CEDOC/Brasília).
- 07 – Documento de 14 de maio de 1980, assinado pelo Juiz Federal Manoel Lauro Volkmer de Castilho, da 3ª Vara do Paraná, designado pelo CFJ para a ação discriminatória da “Gleba Caetano Dias” proposta pelo INCRA. Destaque para os limites da Gleba no córrego do Rocio (ou Chapéu) e não no córrego Cágado (**Wazuliatiá**), deixando fora a área da Estação Parecis.
- 08 – Relação de títulos expedidos pelo INCRA na “Gleba Caetano Dias”, plotados na área, invadindo a área da Estação Parecis. Fonte: Arquivo do INCRA em Diamantino.
- 09 – Mapas do INCRA , de 1978, escalas 1:250.000 e 1:1.000.000, Área em Discriminação “Caetano Dias”, onde o ribeirão Cágado (**Wazuliatiá**) aparece como sendo o Rocio (ou Chapéu) e o Rocio como sendo o Cágado (**Wazuliatiá**), o que inclui a área da Estação Parecis na área “Caetano Dias” a ser discriminada.
- 10 – Mapa do INCRA, de 1979, escala 1:250.000, Área em Discriminação “Caetano

Dias, onde o ribeirão Cágado (*Wazuliatiá*) aparece como “Cágado ou Rocio”, quando na verdade o Rocio é o Chapéu (o mesmo rio com nomes diferentes).

11 – Mapa do INCRA com os pontos da demarcação da “Gleba Caetano Dias”, com os limites (M 30 e M 31) no córrego Cágado (*Wazuliatiá*), confundendo a invasão da área da Estação Parecis. É notável a identificação correta dos nomes dos ribeirões Cágado ou Chapéu (ou Rocio), o que difere dos mapas anteriores.

12 – Mapa do INCRA: Planta Cadastral dos ocupantes da “Gleba Caetano Dias”, já demarcada, de 1982, para o Arquivo do Intermap (Instituto de terras de Mato Grosso). É notável o lote n.º 131 correspondente ao lote de 100 ha que o INCRA destinou a João *Zoromará* nos anos 70. É notável também a confusão na identificação do ribeirão Cágado (*Wazuliatiá*) com o Rocio.

[1] Ver: Schmidt, M. “Os aruaques. Uma contribuição ao estudo da difusão cultural.” Tradução do original alemão “**Die Aruaken: Ein Beitrag zum problem der Kulturver-beitruung. Studien zur Ethnologie und Soziologie.**” Herausgeben von Vierkandt, Heft 1. Leipzig, 1917. Cópia existente na Biblioteca do PPGAS do Museu Nacional, UFRJ, RJ.

[2] É o córrego que corta a área da Estação Parecis.

[3] “Viage Pintoresco por los Rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cyuaba y el tributario del grande Amazonas, com la description de la Provincia de Matto Grosso, bajo su aspecto fisico, geografico, mineralogico y sus producciones naturales.” Libreria Parisiense - Dupray de la Mahérie, Paris, 1863.

[4] “Exploração no norte de Mato Grosso, região do Alto Paraguai e Planalto dos Parecis.” Esc. Typ. Salesianas, SP, 1898.

[5] “Los Paressis.” Revista de la Sociedad Cientifica del Paraguay, Tomo VI, 1943, pág.9).

[6] In: Journal de la Societé des Americanistes, Musée de l’Homme, T. 69, Paris.

[7] *Relatório apresentado á Directoria Geral dos Telegraphos e á Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra pelo tenente-coronel Candido Mariano da Silva Rondon - Chefe da Comissão.* Vol. 2: Construção (1907-1910). Papellaria Macedo, Rj. Publicação n.º 3 do Ministério da Agricultura, 1919.

[8] Rondon, C.M.da S. *Conferências (1910)*. Ed. Imprensa Nacional, RJ. Publicação n.º 68 do Ministério da Agricultura, 1946.

[9] Rondon, C.M. da S. *Relatório apresentado á Directoria Geral dos Telégraphos e á Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra pelo tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon - Chefe da Comissão.* Estudos e Reconhecimento, 1.º vol. Publicação n.º 1 do Ministério da Agricultura, 1915.

[10] *Missão Rondon. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas*

Telegraphicas e Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas - sob a direcção do coronel de engenharia Candido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. Typ. do Jornal do Commercio, RJ, 1916:280-1.

[11] Rondon, C.M.da S. in: Viveiros, E. de. *Rondon conta sua vida*. Cooperativa Cultural dos Esperantistas, RJ, 1952:342.

[12] Ver: **Crédito Rural. Consolidação das normas de crédito**, 2ª ed., Editora dos Criadores Ltda, 1976.

[13] “*Ele [Rondon] mandou ensinar o telégrafo aos melhores alunos Paresi. Ele sabia que o civilizado não ia enfrentar a dureza do sertão como o próprio filho do sertão. E tudo deu certo! Ele queria que ensinasse os índios Paresi para telegrafista, para aprender o morse, porque essa linha deles, talvez, um dia podia acabar... e sendo telegrafistas os índios Paresi, eles passam só com mandioca e farinha seca, pega peixe no rio... E o civilizado não, não vai se sujeitar a isso. Ele larga, fecha a estação e vai embora... Essa foi a idéia dele. E tudo deu certo! Esse homem tinha uma idéia formidável!*” (in: Machado, M.F.R., 1994:88).

[14] Nas palavras de Maximiano Zonoizô, Rondon foi até Lagoa Rasa e resgatou os índios:

“- *A criançada foi chegando, ele [Rondon] foi abraçando, conversou com todos eles. Aí, ele falou: vocês agora vão virar imóti? Vocês vão comigo amanhã, às seis horas vocês vão embora. Durmam aqui e comam bastante amanhã. Vocês vão me esperar em Diamantino e depois nós vamos embora.*

Aí, seu Caetano ainda inventou de falar assim: tenente-coronel, esses índios não podem oir embora, não podem sair daqui porque eles me devem. [Rondon respondeu:] Que devem nada! O senhor já viu um índio dever? O índio tem vontade livre!! Tem vida em liberdade, não é como nós, não!! Eu não sei onde estou que não dou um jeito em você! Você não é autoridade nenhuma! Você não serve para isso!! Esculhambou com o homem...” (Machado, 1994:84).

[15] Ao qual já me referi anteriormente, como sendo o local de nascimento de um dos meus informantes Antonio Zokezomaé. Ver: Machado, M.F.T. in: “**Direitos Indígenas e Antropologia: Laudos periciais em Mato Grosso**”, EdUFMT, 1994:243-292.

[16] Costa, R.R. *Cultura e Contato. Um estudo da sociedade Paresi no contexto das relações interétnicas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS do Museu nacional, da UFRJ, RJ, 1995.

[17] Os dados utilizados nesta parte do relatório foram extraídos do trabalho “**Estação Parecis: caracterização ambiental e dos impactos da monocultura da soja**”, de Luiz Vicente Da S. Campos Filho, etnoecólogo e assistente na perícia judicial do proc. nº 93. 0000174-4.

[18] Esses dados foram coletados em trabalho de campo, em 1985, quando ainda João Zoromará era vivo, assim como a maioria dos meus informantes referidos aqui. Em 1993, opereí uma atualização dos dados. A este respeito, ver Machado, M.F.R. in: “*Direitos Indígenas e Antropologia: Laudos Periciais em Mato Grosso.*” Denise Maldi (org.)

[19] “Fazer percorrida” era um termo usado na Comissão para verificar a conservação da linha, que era uma atividade dos guarda-fios.

[20] Zoromará espelhava-se, com fidelidade, no comportamento de Rondon.